



ACTA N.º 11 – Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Acta N.º 10 – Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2011;
- 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Relatório de Actividades e Prestação de Contas de 2010 da Câmara Municipal;
- 4 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2010 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (*para conhecimento*);
- 5 – 2.ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos
 - 1.ª Revisão ao PAM – Plano de Actividades Municipal
 - 2.ª Revisão ao Orçamento;
- 6 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011;
- 7 – Proposta de alteração do art.º 25 dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria;
- 8 – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (*deliberação da Assembleia de 30/12/2010*);
- 9 – Cessação da participação do Município de Santa Maria da Feira na Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;
- 10 – Contrato Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Angélica da Silva e Sousa Tavares e outros e o Município de Santa Maria da Feira
 - Autorização da assunção da despesa e repartição de encargos;
- 11 – Aquisição de serviços “Transporte Urbano em Santa Maria da Feira – Transfeira”
 - Autorização da repartição de encargos;
- 12 – “Aquisição de Serviços de Aluguer de Maquinaria”
 - Autorização da repartição de encargos;
- 13 – “Aquisição de tampas para caixas de águas pluviais”



- Autorização da repartição de encargos; -----
- 14 – “Plano de Intervenção para a Requalificação da Pedreira das Penas” -----
- Autorização da repartição de encargos; -----
- 15 – Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira do ano 2010 (*para conhecimento*); -----
- 16 – XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses -----
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa – e pelos senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Celestino Augusto Soares Portela, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino, e Márcio dos Santos Correia. -----

Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Vogal daquele Executivo – Sandra Maria da Silva Castro; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquela Junta – César Jorge Pais Resende; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquela Junta – Dinis Agostinho Ferreira Rocha; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquela Junta – Alberto de Oliveira Tavares. -----

A Assembleia foi ainda informada de que três deputados municipais – nomeadamente os membros António André da Silva Topa (PSD), Samanta Joana da Silva Maia (PS), e António de Oliveira e Silva (BE) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão.-----



Comunicou que, nos termos da Lei, o membro António Topa era substituído, na sessão, pelo Sr. Alberto Oliveira Malta, que a deputada municipal Samanta Maia era substituída pelo Sr. Manuel António de Oliveira Ferreira, e que o membro António Silva era substituído pelo Sr. Nuno Miguel Pinto Serrano.-----

Para além desses membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel da Mota Pinho; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Richard Armando de Sá Neves; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Miguel de Souto – António Feliciano Tavares Pinho; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; Vale – Joaquim de Almeida Rocha; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo.-----

Encontrava-se também presente, como Presidente da Comissão Administrativa da Freguesia de Canedo, a Sr.^a Fátima Maria da Silva Sá.-----



Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2011:-----

- “Justificação de falta da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Espargo – Susana Alexandra Correia, à sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 28 de Fevereiro de 2011;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando o teor da moção aprovada por este Órgão na sua sessão de 28 de Fevereiro de 2011, intitulada “Dia Internacional da Mulher 2011 – Comemorar e lutar para dar dignidade à vida das mulheres”, às seguintes entidades: -----
 - Chefe de Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade, -----
 - Presidente da Subcomissão Parlamentar para a Igualdade, -----
 - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Chefes de Redacção dos jornais locais “Terras da Feira” e “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, o teor das duas moções aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011, intituladas “Contra o encerramento de serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira” e “Dia Internacional da Mulher 2011 – Comemorar e lutar para dar dignidade à vida das mulheres”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Administrador Executivo da Feira Viva, Cultura e Desporto, EEM., remetendo o teor do voto de louvor aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011, pelos feitos alcançados pelos atletas da Natação Adaptada da Feira Viva, solicitando que o mesmo fosse levado ao conhecimento individual de todos os responsáveis pela actividade, professores e atletas; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da moção aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011, intitulada “Contra o encerramento de serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, remetendo, para conhecimento, o teor da moção aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011, intitulada “Contra o encerramento de serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de Fevereiro de 2011;-----
- Ofício do Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando autorização para intervir na sessão da Assembleia Municipal em que é presente o Relatório daquela Comissão referente ao ano de 2010, para fazer uma breve apresentação à Assembleia do mesmo; ----
- Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 28 de Fevereiro de 2011, intitulada “Dia Internacional da Mulher 2011 – Comemorar e lutar para dar dignidade à vida das mulheres”, e informando que a mesma foi distribuída a todos os Srs. Deputados membros daquela Comissão;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 07 de Março de 2011; -----
- Ofício da IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que, naquela mesma data, foi remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o Relatório Parcelar n.º 1, resultado da acção inspectiva



- ao Município sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”, e que deveria solicitar cópia do mesmo ao Executivo; -----
- Ofício da IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que, naquela mesma data, foi remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o Relatório Parcelar n.º 3, resultado da acção inspectiva ao Município sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”, e que deveria solicitar cópia do mesmo ao Executivo; -----
 - Ofício da IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que, naquela mesma data, foi remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o Relatório Parcelar n.º 5, resultado da acção inspectiva ao Município sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”, e que deveria solicitar cópia do mesmo ao Executivo; -----
 - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do Relatório Parcelar n.º 1 que entretanto havia recepcionado, resultado da acção inspectiva feita pela IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local ao Município, sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”; -----
 - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do Relatório Parcelar n.º 3 que entretanto havia recepcionado, resultado da acção inspectiva feita pela IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local ao Município, sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”; -----
 - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do Relatório Parcelar n.º 5 que entretanto havia recepcionado, resultado da acção inspectiva feita pela IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local ao Município, sobre “Eventuais Responsabilidades Financeiras”; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, cópia da resposta à pergunta dirigida ao Ministério da Justiça, sobre o “Tribunal de Santa Maria da Feira”; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – António Alves Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento a propósito do assunto “Questão do Período de Antes da Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2010 sobre o não cumprimento do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 e da Lei n.º



- 28/2010 de 2 de Setembro”, solicitando que o mesmo fosse endereçado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para obtenção dos devidos esclarecimentos;-----
- E-mail da Câmara Municipal da Trofa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para a inauguração da exposição “O Audaz Plano da Perna Esquerda”, de José A. Nunes, evento que se realizou no passado dia 2 de Abril de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, o teor do requerimento que lhe foi endereçado pelo membro António Alves Cardoso, sobre o assunto “Questão do Período de Antes da Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2010 sobre o não cumprimento do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 e da Lei n.º 28/2010 de 2 de Setembro”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos elementos que compõem a Comissão de Acompanhamento à Recuperação das Pedreiras de Lourosa, remetendo CD-ROM contendo documentação, em formato digital, relativa à “Recuperação Ambiental das Pedreiras Abandonadas de Lourosa – Projecto de Execução – Março 2011”, que entretanto lhe fora disponibilizada pelo Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de Março de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito da Oposição do ano de 2010, informando que o mesmo foi remetido, nos termos da lei, às Comissões Políticas Concelhias dos partidos titulares do Direito de Oposição;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, que se realizou no dia 28 de Abril de 2011, bem como indicando a respectiva Ordem de Trabalhos;-----
 - Ofício n.º 301/2011 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando nota que aquela Associação irá realizar o seu XIX Congresso no dia 9 de Julho de 2011, pelo que a Assembleia Municipal deveria



- proceder à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia bem como do seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia), para participar no referido congresso; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de Abril de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de Abril de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Convite da Câmara Municipal da Trofa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Concerto de Páscoa, interpretado pelos Coros Paroquias daquele Concelho, que se levou a efeito no dia 16 de Abril de 2011;-----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 90.º Aniversário daquela Associação, de acordo com o programa constante do convite; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no passado dia 26 de Abril de 2011, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
 - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, ofício da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA, relativamente ao assunto “Taxas de Recursos Hídricos (TRH) em 2011 e incidência do IVA”;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 04 de Abril de 2011; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia



- Municipal de 29 de Abril de 2011);-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, na sequência do requerimento efectuado pelo membro deste Órgão, António Alves Cardoso, sobre o “não cumprimento do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 e da Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro”, o teor da proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 18 de Abril de 2011; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António Alves Cardoso, remetendo (por protocolo), cópia do ofício do Sr. Presidente da Câmara, onde o mesmo endereça, na sequência do requerimento efectuado por aquele membro sobre o “não cumprimento do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 e da Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro”, o teor da proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 18 de Abril de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Souto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando o convite para as “Comemorações do 25 de Abril” e informando da impossibilidade de marcar presença nas mesmas comemorações, em virtude de compromissos assumidos;-----
 - E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações relativamente ao XIX Congresso da ANMP, a levar a efeito no dia 9 de Julho, nomeadamente quanto às inscrições para o referido congresso; -----
 - Comunicação do membro deste Órgão – Samanta Joana Maia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011, a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – António André da Silva Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011, a sua substituição na referida sessão, nos termos da legislação em vigor;-----
 - Diversos jornais e revistas.” -----
-
-



PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que dera entrada na Mesa três moções, uma apresentada pelo membro António Cardoso (PS) e duas apresentadas pelo membro Nuno Serrano (BE), pedindo a um dos Secretários da Mesa para ler esses documentos, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

Moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS):-----

“Considerando que muitos feirenses vivem em condições económicas difíceis. Alguns deles em situação de pobreza profunda.-----

Considerando que são cidadãos respeitadores e cumpridores dos regulamentos municipais, designadamente construíram as suas habitações dotando-as de acordo com a lei, de captação própria de água e tratamento dos seus esgotos.-----

Considerando que se preocuparam em possuir a sua licença de utilização e nunca negaram pagar os seus Impostos Municipais. Portanto, não são proprietários de habitações clandestinas.-----

Considerando que pagaram taxas de Urbanização quando construíram as suas habitações em terrenos fora de Urbanizações/Loteamentos. Taxas essas destinadas a realização de obras de saneamento e abastecimento de água.-----

Considerando que a água é um bem de 1.ª necessidade.-----

Considerando que o saneamento é um serviço fundamental e indispensável na qualidade de vida das pessoas.-----

Considerando que devemos ser justos e solidários com os mais necessitados, especialmente em momentos difíceis como é o presente, não podemos privá-los de acederem ao abastecimento de água e saneamento por razões de carência económica ou de duvidosa interpretação da legislação em vigor.-----

Considerando que por motivos que não sendo da sua responsabilidade, vêm-se confrontados com a obrigação de ligar as suas habitações às redes de água e de saneamento, pagando em média pelos Ramais, Taxa de vistoria e caixa interceptora 1080,17 euros, segundo os valores praticados pela Indáqua.-----

Considerando que além desses encargos, irão ser sobrecarregados com outros gastos dentro das suas habitações, que podem em alguns casos, chegar aos 3 mil euros, com a realização de obras de adaptação das redes prediais à rede pública.-----



Considerando que na defesa de melhor qualidade de vida das populações todos estamos de acordo com as ligações de água e saneamento à rede pública, mas devemos questionar-nos, como será possível às famílias que vivem no limiar da pobreza pagar no mínimo 1000 euros à empresa pelas ligações, quando os seus rendimentos mal chegam para sobreviver (comida, medicamentos, bens de higiene, gás e electricidade).-----

Considerando que a Câmara ao cobrar Taxas de Urbanização para licenciar habitações que se construam fora dos Loteamentos essas verbas são destinadas para construir redes de abastecimento de água e saneamento.-----

Perante a importância dos considerandos expostos e atendendo às recomendações do IRAR, que não reconhecem direitos à entidade gestora para facturar de forma específica a execução de ramais sua manutenção, etc. Recomenda-se que:-----

1 - Que a Câmara Municipal renegoceie junto da Indáqua a eliminação destes encargos (custos com ramais, taxas de vistoria e caixa interceptora).-----

2 - Que a Divisão Social dê acompanhamento especial às famílias que comprovadamente se encontrem em situação económica difícil fazendo accionar o Fundo Social do contrato com a Indáqua de forma a não ficarem privadas de abastecimento de água nem de saneamento.-----

3- A Câmara deverá reforçar as verbas da Acção Social, caso o Fundo Social previsto no contrato com a Indáqua não for suficiente para dar resposta a todos os casos encontrados.”-----

Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“REPÚDIO ÀS POLÍTICAS DO FMI E COMISSÃO EUROPEIA-----

Que dia é hoje? Citando “FMI” de José Mário Branco, um clássico cada vez mais actual, “o FMI não aterrou na Portela, coisa nenhuma”... Mas a dura realidade é que eles aí estão! E, ao contrário do que nos querem fazer crer, nem todos perdem com a sua chegada: os bancos, por exemplo, já sonham com o seu quinhão de liquidez dos 80 mil milhões de euros a baixo juro para subirem as taxas que impõem à economia produtiva e a dezenas de milhar de cidadãos ameaçados de despejo por já não conseguirem pagar a prestação da casa.-----

A grande questão hoje é: quem ganha e quem perde com o FMI? Quem paga a dívida externa e a enorme dívida social aos trabalhadores e aos dois milhões abaixo do limiar da pobreza? A esta pergunta crucial, só há duas respostas: a do bloco FMI e a da alternativa de esquerda.-----

O primeiro é formado por todos os partidos que aprovaram os PEC’s e, assim, estenderam a



passadeira ao FMI. Neste bloco, a coerência não é moeda corrente: Cavaco, o padrinho, alertava nas presidenciais contra “os cortes cegos” do FMI; Passos Coelho recusou o PEC 4 no parlamento mas, com as orelhas a arder perante Merkel, jurou fidelidade a este e aos PEC que se seguirem; Sócrates, entronizado no Congresso como “o querido líder” do PS, jurava “fazer tudo para evitar a vinda do FMI”, hoje declara-se o mais competente para governar com ele; em rodapé, o CDS de Paulo Portas diz que talvez não mas eles são os melhores para executar o programa do FMI. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, decide aprovar esta moção de repúdio às políticas que o FMI com o acordo do PS, PSD e CDS querem submeter os portugueses.” -----

Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE): -----

“SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR -----

Os salários milionários têm sido uma das marcas da actual governação. Uns têm tudo, outros literalmente estão sem nada. A crise é apenas para os mesmos de sempre. -----

O desemprego cresce a cada dia que passa. Medidas para inverter a actual situação eram necessárias e urgentes. Mas o que se verifica, são umas operações de *marketing* do governo que servem de entretenimento e que não criam postos de trabalho. -----

A precariedade laboral tem crescido de forma abismal, tendo como consequência a instabilidade da vida individual de cada um e das famílias, o que faz com que Portugal hoje tenha uma sociedade muito debilitada socialmente. -----

O incumprimento das normas de higiene, segurança e saúde no trabalho são uma realidade. As doenças profissionais abundam. Autoridade para as Condições do Trabalho, ACT, continua impávida e serena, pouco ou nada faz. -----

A falta de técnicos qualificados e de meios na ACT agrava-se de dia para dia. É urgente que a ACT seja dotada dos meios necessários para desempenhar com qualidade as suas funções. -----

Depressões, stress, burnout (esgotamento) e doenças do foro psicológico causadas por assédio moral e sexual são problemas que surgem no trabalho. A legislação é incipiente e o organismo fiscalizador, ACT, tem falta de meios técnicos e humanos. -----

Infelizmente as desigualdades salariais entre homens e mulheres são uma triste realidade. As mulheres continuam a ser discriminadas sendo as maiores vítimas dos baixos salários, do -----



desemprego e da pobreza.-----
Infelizmente numa altura em que se vive uma das maiores crises financeiras e sociais ao invés de implementar políticas de criação de trabalho efectivo assiste-se à degradação dos direitos dos trabalhadores.-----
Comemorar o 1.º Maio é colocar a exigência de políticas de ruptura com os salários milionários de uma minoria e os salários de miséria da larga maioria.-----
Comemorar o 1.º Maio é combater de forma efectiva o desemprego, a precariedade, a pobreza, as crescentes desigualdades sociais, os acidentes de trabalho, as doenças profissionais e as desigualdades salariais.-----
Comemorar o 1.º Maio é rejeitar firmemente que o trabalhador pague o seu próprio despedimento ou do seu colega de trabalho.-----
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, decide saudar as Comemorações do 1.º Maio e todos os trabalhadores que exercem a sua actividade ou residem no Concelho, bem como as suas organizações representativas e respectivas lutas pelo bem-estar e o progresso social.”-----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia e, feitas as inscrições, passou a palavra ao membro Nuno Serrano.-----

Usou da palavra o membro *Nuno Serrano* (BE), que iniciou a sua intervenção por fazer uma breve explanação das moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda à Assembleia, cujos teores já se encontram devidamente exarados na presente acta.-----

Seguidamente, passou a colocar algumas questões à Câmara, começando por dizer que, no programa eleitoral com que o PSD se apresentou às eleições, não estava escrito que iriam ser cobradas taxas de disponibilidade da água, saneamento e recolha de resíduos urbanos. Referiu que a Câmara está a executar, claramente, o programa de uma entidade privada, no caso, da empresa Indaqua Feira. Frisou que isso não é sério, ressaltando que se deve cumprir aquilo que se apresentou ao eleitor, sublinhando que o executivo PSD da Câmara foi mandatado para cumprir aquilo que apresentou no programa eleitoral.-----

Em seguida referiu que a Câmara, na ânsia de bem defender os interesses da Indaqua Feira,



enviou uma factura a uma feirense que tem apenas uma pensão de 200 € como única fonte de rendimento, cobrando as taxas de disponibilidade como se se tratasse de uma empresa, ainda mais de um serviço que a senhora não tem disponível na sua rua. Disse que esse facto denota o desnorde da Câmara, recordando que a Câmara contratou, por ajuste directo, uma empresa para fazer esse levantamento e, mesmo assim, continua a enviar facturas para quem não tem o serviço, ainda mais dando um muito curto prazo para se efectuar o respectivo pagamento. Fez sobressair que tal situação não faz qualquer espécie de sentido. -----

Ainda em relação à cobrança das taxas, aludiu a uma recomendação do Provedor de Justiça, face a um pedido de parecer de um grupo de cidadãos de um outro concelho do País, subordinado ao assunto "Taxas e tarifas. Carácter bilateral. Tarifa de disponibilidade da rede de águas residuais". Deu nota que, nesse parecer, o Provedor de Justiça recomendou que se cessasse, de imediato, a cobrança da tarifa de disponibilidade, nos casos em que não existe efectiva ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais. Informou que o Provedor de Justiça recomendou, ainda, que fosse ponderada a possibilidade de proceder ao esvaziamento de fossas sépticas, sem encargos adicionais para os particulares, caso em que seria admissível a cobrança da tarifa de disponibilidade, já que então há para os municípios abrangidos uma prestação de serviço análoga à que normalmente é prestada como contrapartida da cobrança da referida tarifa. -----

O membro Nuno Serrano disse que o que estava em causa, nesse pedido de parecer feito pelo grupo de cidadãos, era o facto da respectiva Câmara Municipal pretender cobrar uma taxa por um serviço que não disponibilizava. Ressaltou, a esse respeito, estar definido que as taxas só podem existir face à prestação de um serviço por uma entidade pública, aconselhando a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a seguir a recomendação dada pelo Provedor de Justiça, face a um caso semelhante. -----

Prosseguiu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara, em sessões anteriores da Assembleia, disse que não fazia obras de recuperação do ringue desportivo anexo ao bairro de habitação social de Fiães, porque a Câmara não tinha dinheiro. Ressaltou, no entanto, que o caso do bairro social de Rio Maior, em Paços de Brandão, é um caso de saúde pública muito grave, fazendo sobressair que bastaria substituir a areia suja por uma superfície que não coloque a saúde dos habitantes do bairro em risco, especialmente das muitas crianças. Disse ser uma obra que há muito tempo se justifica fazer, lamentando que a Câmara ainda não tenha



decidido concretizá-la. -----

Aludindo a uma outra questão, disse que a Câmara assinou um protocolo/contrato com o grupo de teatro "GRATO", de S. Paio de Oleiros, até 2013, e que o grupo investiu na requalificação do espaço que utiliza. Nesse âmbito referiu que, agora, a Câmara pretende, unilateralmente, rescindir o contrato, questionando à Câmara se, para além de não pagar a tempo e horas o acordado com as associações, também passou a rasgar os contratos que assinou. -----

Seguidamente, questionou ao Sr. Vice-Presidente da Câmara se sabia informar a Assembleia de qual o valor do patrocínio contratado entre a empresa Feira Viva e a Unicer, pelo patrocínio exclusivo do Festival para Gente Sentada, da Viagem Medieval, Imaginarius e demais actividades levadas a cabo pela Feira Viva. Disse ser fundamental saber-se qual o valor que a Feira Viva recebeu por esse patrocínio, ainda mais quando vai ser cobrada a entrada na edição de 2011 da Viagem Medieval. -----

Concluiu a sua intervenção referindo-se a um outro assunto, salientando que a alteração da localização das passadeiras em Santa Maria da Feira demonstra bem a falta de planeamento e a forma como a Câmara gere o dinheiro público. Fez notar que, junto ao Hospital S. Sebastião, as passadeiras que ali se encontravam tinham muito pouco tempo, entre um a dois anos e que, repentinamente, a Câmara decidiu alterar a localização das mesmas e respectivas rampas. Disse que esse é um exemplo claro de como é desperdiçado o dinheiro dos feirenses. -

Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ASSUNTO: SISTEMA DE ALERTA JUNTO DOS UTILIZADORES DOS PARQUÍMETROS QUE ESTEJAM EM FALTA COM O PAGAMENTO DO RESPECTIVO TICKET. -----

Seguindo o exemplo de outros municípios, e tendo em vista o apelo ao civismo e o evitar as situações de aplicações de coimas, principalmente quando os utentes estão em consultas médicas, no Tribunal, na Câmara ou no banco, recomendamos este sistema de alerta junto dos utilizadores dos parquímetros que estejam em falta com o pagamento do respectivo ticket. A medida, que não tem carácter punitivo, funciona como um aviso aos automobilistas incumpridores para a falta de liquidação do título de estacionamento. -----

Os avisos de infracção são efectuados por fiscais da empresa concessionária que, detectando



as infracções, notificam os utilizadores deixando o aviso e um envelope no pára-brisas da viatura a solicitar a regularização da transgressão.-----

O automobilista é convidado, então, a efectuar o pagamento voluntário da quantia correspondente ao valor máximo diário, num dos parquímetros mais próximos, colocando o comprovativo de liquidação dentro do envelope e, em seguida, num receptáculo próprio existente nas máquinas. -----

Na ausência do pagamento voluntário no prazo de 48 horas, a empresa gestora do estacionamento dá conhecimento da infracção, seguindo o processo para a autoridade policial competente para emitir a contra-ordenação e coima a aplicar consoante o cúmulo das infracções registadas.-----

ASSUNTO: SERVIÇO DE REFEIÇÕES NAS CANTINAS ESCOLARES EM PERÍODO DE PARAGENS LECTIVAS -----

Sabendo que muitas crianças apenas têm acesso a uma refeição equilibrada durante o período de aulas e estando conscientes das dificuldades crescentes que, infelizmente, atingem parte da população feirense, consequência da crise económico-financeira do país, recomendamos que a Câmara Municipal forneça este serviço especialmente para as crianças de famílias desfavorecidas (Escalação A e B) durante as pausas lectivas.” -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por aludir ao assunto da cobrança das taxas da rede de água e saneamento e de recolha de resíduos sólidos urbanos, dizendo ter havido um aumento em 100% do valor das facturas.-----

Disse saber-se que a taxa de rede de saneamento é de 2,5 € para quem está ligado à rede e que, por isso, pedia que a Câmara lhe explicasse o porquê de, numa dessas facturas, para um período de facturação de 12/02/2011 a 16/03/2011, ou seja, um mês e quatro dias, a taxa de rede de saneamento cobrada ter sido de 4,30 € e, na factura seguinte, para o período de 17/03/2011 a 13/04/2011, portanto, menos de um mês, a taxa de rede de saneamento cobrada ter sido de 2,85 €. -----

Questionou como é que uma factura com um consumo de água de 15,52 €, num total de 25,28 €, passou, no mês seguinte, com a aplicação da taxa da rede de saneamento e da taxa de resíduos sólidos urbanos, para 47,27 €, quando o consumo de água apenas subiu de 15,52 para 16,30 €. -----



Disse que gostava que a Câmara explicasse também onde fica, perante a grave situação social em que vivem a maioria dos feirenses, o discurso social da Câmara, questionando pelo Fundo Social que está previsto para tais situações de carência. -----

Salientou que as famílias estão a pagar mais 100% do que aquilo que estavam a pagar em função da cobrança dessas taxas, salientando que as mesmas nem sequer foram devidamente informadas aos munícipes. -----

Referiu que a Câmara Municipal gasta muito dinheiro em infomail's, a fazer propaganda às suas iniciativas mas que, no entanto, não fez nenhum infomail a avisar os munícipes de que iam pagar tais taxas, do porquê desse pagamento, bem como por quanto tempo as teriam de pagar. -----

A deputada municipal Lúcia Gomes prosseguiu a sua intervenção dizendo que, além disso, aconteceu o cúmulo de utentes receberem a cobrança das mesmas taxas em duplicado, por parte da Câmara Municipal e por parte da Indaqua Feira, realçando ser inadmissível que não haja um cruzamento de dados e que, mais inadmissível do que isso era ver a Indaqua Feira ameaçar as pessoas de que vai cobrar a multa quando, no entendimento da CDU, a mesma não tem competência para cobrar multas. -----

No que respeita à taxa de resíduos sólidos e urbanos, questionou o porquê de um cidadão que vive na freguesia de Santa Maria da Feira, onde a recolha de lixo é feita quatro dias por semana, pagar exactamente o mesmo que um cidadão residente numa outra qualquer freguesia do Concelho, onde essa recolha só é feita duas vezes por semana. -----

Sobre a afirmação proferida pelo Sr. vereador Emídio Sousa de que tudo vai bem na recolha do lixo, disse não ser assim, mas que sobre isso falaria mais à frente, no decorrer da sessão. ---

Aludiu, em seguida, à questão da marcação das eleições em Canedo. Sobre isso, disse que estava tudo preparado para que somente as listas do PS fossem entregues, por mão do Sr. Governador Civil, ao marcar uma data que os restantes partidos somente souberam pela comunicação social. Fez notar que, perante isso, a CDU contactou a Comissão Nacional de Eleições, o Governo Civil e a Câmara Municipal, mas que não obteve quaisquer esclarecimentos e, depois, foi-lhes dito que tinham de apresentar as listas em dois dias. Referiu que não fosse o comunicado e o alerta lançado pela CDU e as eleições teriam decorrido dessa forma absurda e abstrusa, ressaltando que, felizmente, as eleições foram recalendarizadas, dando tempo a todas as forças partidárias para apresentarem as suas listas. --



No âmbito desse assunto, questionou o que é que a Câmara sabia no decorrer desse processo, e qual a intervenção que a mesma teve junto do Sr. Governador Civil, para que as eleições fossem remarcadas, em conformidade com a lei. -----

Como último assunto, falou do dia 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. A esse respeito, disse que as grandes superfícies comerciais há anos que não abrem no 1.º de Maio, no dia de Natal, e no dia 1 de Janeiro, por um acordo feito entre entidades patronais e as entidades representativas dos trabalhadores. Referiu, contudo, que o Governo lavou as mãos e que, através de um decreto-lei, transferiu para as Câmaras a decisão quanto a se as grandes superfícies comerciais podiam, ou não, estar abertas, frisando que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira fez ouvidos de mercador e não se pronunciou e que, em consequência, todas as superfícies comerciais em Santa Maria da Feira vão abrir no 1.º de Maio. -----

Nesse âmbito, e lembrando que alguns vereadores se queixaram, em reunião de Câmara, que também são pessoas, que também têm direito ao fim-de-semana e que precisam de tempo para ler os documentos, perguntou se os trabalhadores das superfícies comerciais não são pessoas e se não têm direito ao feriado, como toda a gente tem. -----

Salientou ser uma longa tradição que no dia 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, ninguém trabalhe, questionando qual a razão de a Câmara Municipal não se ter pronunciado, como fez a Câmara Municipal de Setúbal ou a Câmara Municipal de Braga, fazendo sobressair que essas Câmaras fizeram finca-pé e não permitiram a abertura no 1.º de Maio respeitando, desse modo, os direitos dos trabalhadores. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes disse que, um dia, ainda se ia ver a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a cantar “venha ao Pingo Doce porque estamos abertos o ano inteiro”. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por aludir à moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista, dizendo que a mesma é muito clara e que pretende repor justiça numa cobrança de encargos que disse ser muito pesada para os bolsos dos contribuintes feirenses. Referiu que gostava que a moção fosse reconhecida pelo valor que deve ter, dizendo ainda ter conhecimento de sentenças do tribunal em que foi dada razão aos cidadãos que reclamaram da cobrança dessas verbas. -----

Quanto à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda a propósito da saudação ao 1.º de Maio,



disse que o grupo municipal do PS até concordava com a parte final do texto, ou seja, que também considerava importante que se saúde as comemorações do 1.º de Maio e que se dê força aos trabalhadores. Frisou, contudo, que a linguagem e os termos utilizados, bem como os considerandos feitos, prejudicam o apoio à moção, ressaltando que os termos utilizados são pouco dignificantes para os tempos de hoje e que não fazem sentido, pelo que o grupo municipal do PS não podia votar favoravelmente essa moção. -----

Sobre a moção de repúdio às políticas do FMI e Comissão Europeia, disse que o Bloco de Esquerda tem que assumir alguma quota-parte pelo FMI estar em Portugal porque contribuiu para inviabilizar o PEC IV, e que isso contribuiu para que o FMI fosse chamado a intervir em Portugal. Destacou ainda que o Bloco de Esquerda, fazendo jus à sua habitual falta de comparência, não apresenta propostas, não apresenta ideias, não discute o País e recusa-se a participar nas discussões com a troika e que, perante essa postura, não considera que o Bloco de Esquerda queira alguma coisa de sério para o País. -----

Seguidamente, passou a abordar outras questões, começando por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia a resposta que lhe foi dada face a um pedido de esclarecimento que efectuou relativamente à tramitação de processos, particularmente os projectos de especialidade das redes prediais de água e saneamento, que deixarão de ser cobrados. Sobre isso, disse ter conhecimento que, ainda no dia de hoje, a Indagua Feira cobrou pela análise dos projectos de especialidade e que, portanto, é urgente que a Indagua Feira seja informada que não deve cobrar taxas pela análise desses projectos, conforme a lei determina. -----

Salientou que, efectivamente, se um técnico não fizer o projecto convenientemente e se não o sujeitar a uma apreciação prévia da Indagua Feira então que, naturalmente, sujeita-se às consequências pelo projecto mal realizado. Ainda a respeito desse assunto, fez sobressair que também não é o parecer da Indagua Feira que garante que a aprovação de um projecto retira responsabilidades ao técnico, sublinhando que o técnico continua a ter as mesmas responsabilidades independentemente da aprovação, ou não, por parte da Indagua Feira. -----

Em seguida, e a respeito da rede de saneamento na freguesia de Pigeiros, aludiu à urbanização dos Freixieiros, no lugar da Galga, dizendo ser uma urbanização que tem mais de uma dezena de lotes, todos com habitações, que na envolvente existe um prédio multifamiliar com quatro habitações bem como mais duas ou três vivendas, fazendo notar que todas essas não são abrangidas pela rede de saneamento. Disse que essa situação é muito grave e que gostava de



ser esclarecido, questionando se a rede não é feita pelo facto de se tratar de um loteamento e a Indaqua Feira não ter interesse nisso, uma vez não haver lugar à obtenção de verbas.-----

Ressaltou, em termos de situações caricatas, que a própria Junta de Freguesia não é servida com rede de água, nem com rede de saneamento.-----

Prosseguiu dizendo que, tal como centenas ou até milhares de feirenses, foi contemplado com um foliar da Páscoa, ao ter recebido uma factura onde constava a cobrança de uma determinada importância, relativa à taxa de recolha de resíduos sólidos urbanos, com a qual concordava. Referiu, contudo, que nessa mesma factura é cobrada a taxa da rede de água, questionando, a esse propósito, e uma vez que não tinha rede de saneamento à porta, que sentido fazia ter um produto se não o podia utilizar. Questionou, no caso de efectuar a ligação à rede de abastecimento de água, para onde mandaria as águas residuais, uma vez não existir rede de saneamento. -----

Referiu que essa situação merece uma grande reflexão, salientando que, já em 2007, a Assembleia de Freguesia de Pigeiros deliberou, por unanimidade, que fosse dado a conhecer à Indaqua Feira a posição de que enquanto não houvesse rede de saneamento, seria recusado o pagamento da taxa de disponibilidade da rede de abastecimento água.-----

Apelou que o assunto fosse tratado com seriedade, realçando que o Partido Socialista estava disponível para levar a questão até onde fosse possível, apelando até à insubordinação e ao boicote ao pagamento.-----

Concluindo, disse considerar que deve prevalecer o bom senso, que a situação deve ser regularizada, realçando não fazer sentido exigir que se pague um bem quando o consumidor não o pode utilizar, dizendo esperar que as suas palavras mereçam, por parte da Câmara Municipal, alguma sensibilidade.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por se pronunciar relativamente às moções apresentadas, dizendo, em relação à moção sobre o 1.º de Maio, apresentada pelo Bloco de Esquerda, que a votava contra, até pelos termos nela usados, e que também votava contra a moção do Bloco de Esquerda relativa às políticas do FMI, mais não fosse porque o CDS-PP é nela mencionada de uma forma não positiva.-----

Relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, disse que gostava de fazer uma ressalva, referindo que não podia concordar com o que é dito no número um da mesma,



quando diz “que a Câmara renegoceie junto da Indaqua a eliminação destes encargos...”. Disse achar essa posição radical, que isso não seria uma negociação mas sim como que uma imposição da eliminação completa desses encargos, salientando, a esse respeito, que entende que tem de haver taxas porque fazem parte daquilo que é a sobrevivência da Câmara, do seu orçamento e financiamento. Considerou que não se pode falar, na altura de crise que se vive, em cortes totais das taxas, que se podia pôr a hipótese de uma renegociação noutros termos, mas não um corte radical. -----

No âmbito da cobrança da taxa de rede de saneamento, da taxa da rede de água e da taxa de resíduos sólidos urbanos, leu uma recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira promoveu desde o passado mês de Fevereiro a cobrança da Taxa de Rede de Saneamento, Taxa da Rede de água e a Taxa de Resíduos Sólidos Urbanos. Num período tão difícil para as famílias feirenses, a Câmara Municipal não poderia ter escolhido pior momento para a implementação das referidas taxas. O agravamento na factura mensal de muitas famílias chega aos cem por cento. -----

Não pomos em causa a justiça na medida, tendo em conta que todos devem pagar as mesmas taxas, de serviços que estão disponíveis e que durante tantos anos oneraram as contas da Câmara. -----

Contudo não podemos compreender que se gere uma nova injustiça para resolver outra situação injusta. Se era injusto que os consumidores ligados à Indaqua pagassem taxa de rede de água e saneamento e os outros não, não nos parece justo que todos aqueles que não têm estas redes disponíveis, e como tal não podem fazer a ligação tenham que pagar essas mesmas taxas. -----

Este processo não passa de um novelo de trapalhadas. No final do ano de 2010 a Câmara Municipal adjudica por 59.400 euros à empresa ERI – Engenharia, S.A. um “levantamento de nomes e moradas de pessoas/entidades que produzem resíduos sólidos e que não possuem contrato celebrado para fornecimento de água”. Esta é a transcrição rigorosa do objecto do contrato. O péssimo trabalho prestado por tal empresa está à vista de todos. Nomes repetidos, com identificação Doméstica e Comercial, tudo isto numa só morada. A trapalhada continua com a cobrança de taxa de rede de saneamento em locais onde tal rede não existe. -----

Outra importante incongruência de todo este processo é a falta de definição do nome da própria taxa. A Indaqua cobra: -----



Taxa de Utilização Água-----

Taxa de Utilização Saneamento-----

A Câmara Municipal cobra:-----

Taxa de Rede (Água)-----

Taxa de Rede (Saneamento).-----

Este pode parecer um pormenor, quase insignificante, mas um utilizador da rede de saneamento e que paga a devida taxa de utilização, não tem qualquer prova do pagamento da taxa de rede, e vice-versa.-----

Tamanha confusão demonstra duas coisas muito simples. Em primeiro lugar a incompetência na gestão de um processo, que por ser delicado, deveria ter tido outra atenção por parte do executivo. Em segundo lugar, o completo desespero para arrecadar receita a qualquer custo.---

Face ao exposto recomendamos ao executivo municipal que:-----

- Suspenda desde já a cobrança das referidas taxas.-----
- Responsabilize a entidade ou pessoa que teve a cargo a organização do ficheiro que deu origem a toda esta situação.-----
- Restabeleça o processo de cobrança quando tiver garantias do bom funcionamento.”-----

Feita a leitura do documento, e ainda a propósito das taxas, o membro Rui Tavares prosseguiu a sua intervenção dizendo que tinha em seu poder cópias de facturas da Indaqua Feira, que exibiu, dizendo que, para uma só morada, foram enviadas várias facturas, que para a mesma entidade foram enviadas facturas com o tipo de cliente “doméstico” e, também, com o tipo de cliente “comércio”. Apelidou esse processo de facturação de trapalhada, dizendo que se a Câmara tivesse tido a preocupação de obter os números de contribuinte dos utilizadores, tais incongruências e repetições de facturas não aconteceriam.-----

Destacou haver casos onde não existe rede de saneamento e foi cobrada a taxa de saneamento, bem como casos de empresas fechadas há quatro anos em que apareceu a factura a pedir o pagamento da rede de saneamento que também não existe, ou seja, que não existe a empresa nem a rede de saneamento, mas que a cobrança foi pedida.-----

Ainda a respeito do mesmo assunto disse que, se em vez de pagar 60.000 euros a uma empresa, a Câmara tivesse pedido às Juntas de Freguesia para fazer o trabalho, e repartido esse dinheiro pelas mesmas, a qualidade do serviço seria muito melhor e os Srs. Presidentes de Junta ficariam satisfeitos pela verba que seria transferida.-----



Questionou, em seguida, pelo ponto da situação da chamada Circular de Aldriz. Disse que essa estrada, paralela à auto-estrada recentemente inaugurada, continua em terra, fazendo sobressair que a concessionária já alcatroou largos quilómetros de estradas paralelas à auto-estrada mas que aquela, teimosamente, continua por alcatroar.-----

Aludiu a uma outra questão, relacionada com o corte da estrada Porto-Viseu, na zona de Sanguedo, concretamente na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro. Disse que essa estrada continua cortada por ordem da Protecção Civil, que aparentemente não se vislumbra solução para o problema, e que esperava que a mesma não ficasse indefinidamente cortada porque faz falta a muitas pessoas. Pediu esclarecimentos quanto a essa situação.-----

Concluiu por referir-se à situação da marcação das eleições em Canedo, que apelidou de caricata, dizendo que concordava com o que a deputada municipal Lúcia Gomes disse a esse respeito, mas que queria acrescentar um pormenor importante. Destacou que os jornais de Santa Maria da Feira já sabiam a data das eleições no domingo à noite, e que isso era inequívoco uma vez que os jornais vão para impressão no domingo à noite, ressaltando que no domingo à noite a Câmara não se encontrava aberta mas que alguém terá passado essa informação para os jornais.-----

Salientou que a Câmara, apesar da CDU lhe ter pedido essa informação, não a pôde dar, informando que o CDS-PP também pediu essa informação ao Sr. Governador Civil, tendo recebido, por parte daquele, um e-mail na segunda-feira, às 2 ou 3 horas da tarde, a comunicar a situação.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Tavares realçou que a informação, embora por via não oficial, chegou aos jornais no domingo à noite, questionando à Câmara como é que justificava esse facto, acrescentando que o certo é que os partidos que legitimamente queriam concorrer a umas eleições não puderam saber a data, mas que a comunicação social já conhecia essa informação. Disse ser impressionante que tais situações aconteçam, frisando que a Câmara devia fazer o possível para que as mesmas não ocorressem.-----

Interveio o membro *Fernando Custódio* – Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô (PS), para falar da associação Fórum Ambiente e Cidadania, de Mosteirô, da qual referiu ser fundador, dizendo que a mesma se encontra, em termos financeiros, numa situação difícil.-----
Referiu que a Junta de Freguesia está, pela primeira vez, a colaborar com essa associação no



âmbito do projecto designado “Maio Cultural” em que, a cada fim-de-semana de Maio, é promovido um evento cultural diferente. Informou que, desses contactos, lhe foi dado a conhecer que a associação não poderia participar nesse projecto em termos financeiros e que, provavelmente, também não se candidataria a participar na edição de 2011 da Viagem Medieval, por falta de dinheiro, salientando que isso acontecia devido a dívidas das entidades municipais responsáveis.-----

Perante essa situação, disse que propôs à direcção da associação que esgotasse as conversações em gabinete, mas que lhe foi respondido que estavam cansados de o fazer, fazendo sobressair que a associação tem participado nas edições da Viagem Medieval com cerca de 100 elementos e que os espectáculos feitos pela mesma têm tido grande relevância, nomeadamente os espectáculos de encerramento.-----

Nesse âmbito, disse que esse espectáculo de encerramento, da edição de 2010 da Viagem Medieval, foi orçamentado em 10.000 euros mas que a associação ainda não recebeu essa verba por parte da empresa Feira Viva e que, portanto, a associação encontra-se descapitalizada.-----

Referiu compreender a falta de dinheiro que vai no País bem como a situação financeira difícil da Câmara e, eventualmente, da Feira Viva, salientando, contudo, que quando não se pode comer caviar, come-se sardinhas, que quando não se pode pagar um espectáculo, não se encomenda o mesmo, e que quando só se puder pagar passado meio ano, que não se diga que se vai pagar em 30 dias.-----

Salientou que, provavelmente, outras associações concelhias estarão com o mesmo problema mas que só pode falar do que conhece, dizendo estar ligado ao associativismo há cerca de 40 anos e que, por essa razão, tais situações lhe doem muito, ainda mais quando é reconhecido o papel fundamental que as associações têm em termos de formação social e de formação cívica.-----

Concluindo, apelou a uma mudança de atitude por parte de todos, nomeadamente da Câmara Municipal, da empresa Feira Viva, e das próprias Juntas de Freguesia, no sentido de que haja seriedade no tratamento dos assuntos e para que não se ande a iludir as pessoas.-----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por aludir à recomendação lida pelo membro Rui Tavares para dizer que, apesar da mesma não implicar votação, caso fosse



votada, o grupo municipal do PSD a votaria contra e que o faria porque, no terceiro parágrafo, contém uma frase que não corresponde à verdade, concretamente quando diz "...não nos parece justo que todos aqueles que não têm estas redes disponíveis, e como tal não podem fazer a ligação tenham que pagar essas mesmas taxas." -----

Quanto à moção sobre o repúdio às políticas do FMI e Comissão Europeia, disse que a mesma não lhe merece comentários, lamentando que algumas pessoas não pensem por inteiro. Salientou que caso o País não fosse ajudado, se calhar, o dinheiro para pagar as pensões, as reformas e os ordenados dos funcionários públicos, caso chegasse para o mês de Maio, não chegaria para pagar o mês de Junho. Salientou que o bom seria pensar o porquê de Portugal ter chegado ao ponto onde chegou, informando que, evidentemente, o grupo municipal do PSD votava contra essa moção. -----

Sobre a moção relativa à saudação ao 1.º de Maio – Dia do Trabalhador, disse que começava por dizer que o PSD decide saudar as Comemorações do 1.º Maio e todos os trabalhadores que exercem a sua actividade ou residem no Concelho, bem como as suas organizações representativas e respectivas lutas pelo bem-estar e o progresso social. Frisou que acabara de ler a parte final do texto da moção, o que seria votado, informando, no entanto, que apesar de o PSD concordar com essa parte votava contra a moção porque não aceitava os considerandos da mesma. Sublinhou que o PSD, quando toma posição sobre uma moção, a lê como um todo, não só a parte que é votada como, também, os considerandos da mesma, frisando que dizer-se que só o texto final é que é votado, para o PSD, não pega. -----

Quanto à moção apresentada pelo PS, disse que o grupo municipal do PSD a ia votar contra porque, para além do que é dito nos considerandos, o ponto n.º 1 da mesma recomenda que a Câmara Municipal renegoceie junto da Indaqua a eliminação dos encargos – custos com ramais, taxas de vistoria e caixa interceptora. Sobre isso disse que, independentemente da Assembleia Municipal aprovar ou não, essa renegociação vai acontecer mais tarde, alertando, contudo, que é preciso ter noção de que não há almoços grátis, fazendo sobressair que quando essa renegociação acontecer, a receita que não vai ser cobrada através desse item vai ser distribuída nos metros cúbicos consumidos por todos os clientes do Concelho de Santa Maria da Feira. Salientou que isso significava que, quanto mais tarde essa renegociação fosse feita, menos injustiça existia, explicando que todos aqueles que, até ao momento da implementação dessas medidas, já tiverem pago os seus ramais, vão pagar duplamente porque já pagaram os



ramais e não vão ser ressarcidos dessa importância e porque, a partir dessa altura, vão pagar a água mais cara, para fazer face à falta de receitas da Indaqua Feira. -----

Concluindo, disse considerar que, pela explicação que deu, justificou o porquê de o grupo municipal do PSD votar contra essa moção. -----

Interveio o membro *Henrique Ferreira* – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS), começando por dizer que havia feito a opção de, onde tivesse oportunidade de manifestar o seu desagrado e desilusão para com a empresa Indaqua Feira, o iria fazer, e que não se iria abster de fazê-lo na Assembleia Municipal. -----

Salientou que se houve Junta de Freguesia que, até àquele momento, apoiou e esteve ao lado da Indaqua Feira, foi a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, fazendo notar que aquela Junta incentivou as pessoas em Nogueira da Regedoura a fazerem a ligação à rede, e colaborou com todos os empreiteiros para que o saneamento fosse uma realidade e fosse executado com maior facilidade naquela freguesia. -----

Referiu que não podia deixar de lamentar a posição que a Indaqua Feira tem tomado nos últimos tempos e que passaria a dar, de seguida, alguns exemplos demonstrativos do modo como a Indaqua Feira funciona. -----

Frisou que se vive num mundo empresarial onde, muitas vezes, são os empresários que contribuem e dão donativos para actividades sociais, principalmente numa época de crise como a que se atravessa. Nesse sentido, e apontando como universo a freguesia de Nogueira da Regedoura e, daí, admitindo que a sua ignorância o poderia estar a trair, disse que gostava de encontrar um exemplo, em Nogueira da Regedoura, como amostra de qualquer tipo de solidariedade social por parte da Indaqua Feira. -----

A propósito, disse que apesar da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura ter estado, todos os dias, ao lado da Indaqua Feira, dispensando instalações para as sessões de esclarecimento à população, alertando a Indaqua Feira aquando da existência de rupturas nos ramais, a mesma nunca recebeu qualquer benefício da Indaqua Feira, nem nunca obteve qualquer contrapartida. -----

Aludiu a um exemplo ocorrido em Nogueira da Regedoura, dizendo que uma pessoa carenciada pediu à Junta de Freguesia um atestado para provar a sua insuficiência económica, que a essa pessoa foi concedido, pela Indaqua Feira, um prazo de 24 meses para pagar o



ramal, mas que a conta que a Indaqua Feira apresentou, a essa pessoa carenciada, para pagar o ramal, foi de 15.000 euros, ressaltando que isso não se admite. -----

Sobre esse caso, disse que a Indaqua Feira deixou, nessa rua, cerca de 180 metros sem rede de abastecimento de água, porque não existia qualquer casa. Fez notar que, agora, há um proprietário que pediu um licenciamento de obras mas que, para ver o seu projecto aprovado, tem de pagar a ligação desde o ponto onde ficou a rede até ao ponto onde vai construir a casa, numa distância de mais de cem metros, referindo que tal situação não se admite. -----

Ainda sobre essa situação, disse que o vereador José Manuel Oliveira, num sentido colaborante, telefonou, à sua frente, para o Eng. Eduardo Marques, Director-Geral da Indaqua Feira, realçando que esse foi peremptório ao responder que a Indaqua Feira não podia ceder a essas situações. Salientou que a Câmara está compreensiva e entende que o proceder da Indaqua Feira não está correcto. -----

O membro Henrique Ferreira prosseguiu a sua intervenção dizendo considerar, relativamente ao proceder da Indaqua Feira, que a mesma está a fazer um mau trabalho à população e está a dar uma imagem negativa da própria Câmara, ressaltando que a população já não entende e que a própria Junta de Freguesia já não consegue aguentar mais as pessoas, porque não tem respostas para lhes dar. -----

Deu nota que, na freguesia de Nogueira da Regedoura, faltam executar cerca de seis quilómetros de rede de saneamento, e que há 1.800 metros que fazem com que 80% das pessoas possam utilizar saneamento, mas que a Indaqua Feira não faz essa extensão com o argumento de que não está no contrato. Ressaltou que, nalguns sítios, bastaria abrir um canal, meter um tubo e ligar à rede, beneficiando muitas pessoas, lamentando a intransigência da Indaqua Feira. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Henrique Ferreira clarificou que as suas palavras não eram dirigidas à Câmara Municipal, mas sim à Indáqua Feira, frisando que a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura está, cada vez mais, de costas voltadas com essa empresa, e que era com lamento que dizia que a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura não colaboraria mais com a Indaqua Feira, pelas razões que explicou. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, para prestar os devidos esclarecimentos, começando pelas questões colocadas pelo membro Nuno Serrano. -----



Relativamente ao processo da implementação do processo de facturação, disse ser necessário ter noção de que esse processo abrange mais de 60 mil residências, ressaltando que a Câmara tinha a plena consciência que, nas primeiras facturas, iriam aparecer falhas. Frisou, contudo, que a Câmara construiu todos os canais de comunicação de maneira a facilitar a correcção de situações que não estivessem correctas, dizendo ter a certeza de que, num espaço de poucos meses, essas situações deixarão de existir. -----

Referiu que registava com agrado que todos os partidos tenham considerado a taxa dos resíduos sólidos urbanos como sendo justa, talvez coma a excepção do Partido Comunista, dizendo que esse considera que o dinheiro se faz na tipografia. -----

Quanto à questão sobre as obras no pavilhão gimnodesportivo da habitação social de Fiães, referiu que se o Sr. Presidente da Câmara já havia dito que não havia dinheiro para fazer a reparação, então que nada tinha a acrescentar.-----

A respeito de um contrato que a Câmara não terá respeitado, celebrado com o grupo de teatro de S. Paio de Oleiros, disse que a Câmara respeita os contratos ou que, então, celebra um novo contrato. Sublinhou que, caso haja alguma situação a corrigir com esse grupo então que a Câmara estava, obviamente, disponível para isso. -----

Sobre o valor do patrocínio da Unicer para a Feira Viva, disse que não tinha presente esse valor, louvando, a esse propósito, a administração da Feira Viva pela capacidade de angariar fundos para minimizar os custos para o Município, realçando ter plena confiança na capacidade negociadora da administração da Feira Viva.-----

Relativamente à questão relacionada com as passadeiras, disse que, de facto, foram realizadas algumas alterações, frisando que tem sido preocupação da Câmara a sinalização horizontal, nomeadamente a colocação das passadeiras de acordo com algumas regras de segurança, principalmente para com os peões. -----

Disse considerar que a Câmara tem feito, no último ano, um trabalho muito importante na marcação das guias, na sinalização horizontal, que julga haver uma satisfação generalizada da população a esse nível, e que entende que essa justiça deve ser feita à Câmara. -----

Aludindo às questões colocadas pela deputada municipal Carla Pinto disse, relativamente ao sistema de alerta nos parquímetros, que se estava a questionar como é que um aviso colocado na viatura em infracção iria alertar o cidadão que estivesse, por exemplo, numa consulta, para ir colocar mais moedas no parquímetro. -----



Sobre as refeições escolares em período de férias disse que, de facto, existe esse serviço nas escolas que aderiram ao programa de apoio à família, informando que tem sido feito um trabalho junto das associações para ver quem pretende aderir a esse programa, mas que a Câmara não tem tido feedback por parte das mesmas. -----

Quanto à intervenção da deputada municipal Lúcia Gomes, disse ter ficado atónito com a afirmação de que houve um aumento de 100% nas facturas da água, saneamento e taxas de rede. A esse propósito disse que, no Concelho de Santa Maria da Feira, um consumidor doméstico gasta, em média, 8 m³ de água por mês, salientando que se só se considerar a conta da Indaqua Feira, verificou-se um aumento de 2,56%. Quanto à parte da Câmara disse que, obviamente, como no ano anterior não se fazia a cobrança de algumas das taxas que agora estão a ser cobradas, como a taxa dos resíduos sólidos urbanos, pode-se dizer que o aumento é de 100%.-----

Recordou que, para além do IVA, o Estado também cobra aos utilizadores a taxa de recursos hídricos de água e saneamento, que cobra uma taxa por cada tonelada de lixo entregue na Suldouro, salientando que, aí, também houve um aumento de 1,61% nas contas do Estado. ----
Frisou que, considerando os 5,569 € das taxas da Câmara, há um total de aumento de 32,5%, senão o aumento seria na ordem dos 3%.-----

Salientou que a introdução das taxas decorre, também, de uma obrigação, salientando que a União Europeia só financia o Município com fundos para o saneamento mediante comprovativos de que o investimento é ressarcido, fazendo recurso ao princípio do utilizador/pagador, ou seja, através de uma taxa que os munícipes teriam de pagar, sublinhando que foi isso que o Município de Santa Maria da Feira fez. A esse respeito, informou que a taxa de rede fica muito aquém do investimento que a Câmara fez, e que o investimento que a Câmara tem suportado é muito superior aos valores que a taxa de resíduos sólidos urbanos vai proporcionar à Câmara. -----

Disse que podia facultar o estudo que tinha em sua posse, feito tendo por base um consumidor médio, num universo de 5 ou 6 municípios que têm os mesmos serviços que o de Santa Maria da Feira, informando que, no mês de Março, para esse conjunto de municípios, dá uma cobrança média de 23,130 € e que, no Município de Santa Maria da Feira, dá 23,144 €.-----

Relativamente ao dia 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, disse concordar com o encerramento das grandes superfícies comerciais nesse dia, mas que considera que não compete às



autarquias decidir sobre isso, que essa responsabilidade é da Administração Central, do Governo. Disse que ia estar de serviço nesse dia mas que, apesar disso, dispensou o seu motorista para que o mesmo não tivesse de trabalhar no Dia do Trabalhador. -----

Relativamente ao processo da marcação das eleições de Canedo, frisou que já tinha comentado com o Sr. Presidente da Câmara que as culpas ainda iam sobrar para a própria Câmara. -----

Sobre isso, disse que, na sexta-feira, por volta do meio-dia, recebeu um telefonema de um jornalista do "Terras da Feira" questionando-lhe sobre o que tinha a dizer das eleições terem sido marcadas para o dia 22 de Maio, tendo-lhe respondido que não tinha conhecimento dessa situação. Salientou que, perante isso, contactou o Sr. Presidente da Câmara e também o Sr. vereador Celestino Portela, do pelouro da Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, que confirmaram não saber da situação. -----

Referiu que o despacho do Sr. Governador Civil foi na quarta-feira, que entrou na Câmara na quinta-feira, explicando que a correspondência entra na Câmara num dia, é registada e vai a despacho do Sr. vereador responsável ou do Sr. Presidente, normalmente, no dia seguinte. Frisou que, na melhor das hipóteses, essa comunicação do Sr. Governador Civil chegaria ao gabinete do Sr. Presidente na sexta-feira, ressaltando que o próprio Sr. Presidente poderia não estar na Câmara, nesse dia, por outros compromissos. -----

Informou que, na segunda-feira, o Sr. Presidente da Câmara, preocupado, contactou telefonicamente o Sr. Governador Civil procurando sensibilizá-lo para a necessidade de se alterar a data, de maneira a que os partidos tivessem tempo de fazer os trabalhos partidários. -- Realçou que foi pela acção do Sr. Presidente da Câmara que o Sr. Governador Civil alterou a data das eleições para o dia 12 de Junho, dando, desse modo, o tempo necessário aos partidos para apresentarem as suas listas. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro António Cardoso, relativamente à cobrança de taxas na análise dos projectos, disse ser uma situação que surgiu recentemente na lei e que, mediante isso, o Sr. Presidente da Câmara fez uma proposta, em reunião camarária, da qual passou, em seguida, a ler em parte, e que se passa a citar: -----

"Proponho: -----

a) A notificação à Indaqua no sentido de não cobrar qualquer taxa pela análise dos projectos de especialidades; -----



- b) Que seja concedida aos requerente ou projectistas a possibilidade de antecipadamente submeterem os projectos à análise da Indaqua, que a fará graciosamente; -----
- c) Caso os projectos apresentados na Câmara Municipal não estejam instruídos com o parecer prévio da Indaqua, para defesa dos interesses dos construtores e, especialmente, dos adquirentes dos prédios ou fracções, que a Câmara envie os projectos à Indaqua para análise; -
- d) Caso os projectos, ao contrário do que é atestado nos termos de responsabilidade subscritos pelos técnicos, não cumpram as disposições legais e regulamentares aplicáveis, que sejam accionadas as penalizações legalmente previstas; -----
- e) A divulgação dos procedimentos adoptados aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos.”-----

Informou que essa proposta foi aprovada pela Câmara, realçando não saber se a Indáqua Feira já tinha sido informada da mesma mas que, se não o foi, sê-lo-ia muito em breve.-----

Frisou que a análise prévia da Indaqua Feira traduz uma segurança para o comprador, ressaltando que às vezes os projectos apresentam, apesar de assinados os termos de responsabilidade pelos técnicos, algumas incongruências, sublinhando que é muito melhor detectar alguma inconformidade na fase do projecto do que em obra.-----

Sobre a situação relatada pelo membro António Cardoso, relativamente a uma urbanização, na freguesia de Pigeiros, que não se encontra ligada à rede de saneamento, disse que existem, de facto, algumas situações desse género no Concelho, dizendo que está a ser feito um levantamento para identificar esses casos. Frisou que, para além das questões técnicas, de diferentes complexidades, que envolve a ligação à rede de saneamento, o Concelho também se expandiu relativamente à altura em que foi feito o contrato de concessão com a Indaqua Feira e, daí, tais zonas não figurarem no projecto de investimento inicial.-----

Sobre a afirmação proferida pelo membro Rui Tavares, de que as Juntas de Freguesia fariam um melhor serviço do que a empresa ERI – Engenharia, S.A, à qual foi adjudicado o serviço de fazer o levantamento das moradas, disse que, a acreditar nos números avançados pelo membro Rui Tavares, daria uma média de um euro por casa. Disse até admitir que os Srs. Presidentes de Junta estivessem na disposição de fazer esse serviço por esse valor, mas que era um trabalho difícil, e que até tinha ouvido um comentário paralelo de um Sr. Presidente da Junta presente na bancada, em que dizia que estava disposto a receber o dinheiro mas não a fazer o trabalho. -----



Relativamente à questão da circular de Aldriz, disse ter assistido à luta do membro Rui Tavares na comunicação social, e que tinha achado curioso que o membro Rui Tavares tivesse tido a ideia de fazer um abaixo-assinado numa altura em que a via já se encontrava aberta. Referiu que essa circular era uma aspiração que a Junta de Freguesia de Argoncilhe tinha, no sentido de criar uma alternativa e fazer uma ligação a Sanguedo e que, nesse sentido, foi negociado com a construtora que fizesse a chamada circular de Aldriz. Ressaltou que a construtora não tinha nenhuma obrigação de a fazer, mas que a fizeram, e que agora a Câmara estava a negociar no sentido da estrada ser pavimentada, e que tinha de se aguardar pelo resultado. Salientou que as coisas não se conseguem com abaixo-assinados nem com petições nos jornais, mas sim com muita negociação e com muito bom senso. -----

Sobre o corte na estrada Porto-Viseu, devido à queda de um muro em Sanguedo, informou que a Câmara já tinha aberto um procedimento concursal para esse efeito. -----

Relativamente à situação financeira da associação Fórum Ambiente e Cidadania, questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô, lamentou que a associação estivesse na iminência de não poder participar na edição de 2011 da Viagem Medieval, ressaltando que as associações que nela participam costumam conseguir, nesse evento, uma boa forma de financiamento. -----

Referiu que, ao questionar o Sr. vereador Celestino Portela – do pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico – se tinha conhecimento da situação, o mesmo lhe respondeu dizendo que não tinha conhecimento e, então, perante isso, ressaltou que o melhor a fazer, por parte de qualquer associação que se encontre numa situação do género, é contactar a Câmara Municipal para se ver o que é possível fazer. -----

Sobre o pagamento da Feira Viva a essa associação disse que, pelo que havia sido informado, já teriam sido pagos 50% dos tais 10 mil euros. -----

Como nota final, disse que queria ressaltar um aspecto, recordando que, há cerca de dois ou três anos, a Câmara era sucessivamente bombardeada por não ter a rede de saneamento executada e em funcionamento. Salientou que, agora, a agulha mudou completamente porque a rede de saneamento já não é a questão, mas sim a obra que está a ser feita ou, então, a questão da facturação. Frisou que isso é um bom sinal pois significa que as coisas estão a correr bem, que a obra está a ser feita, e que a maioria dos cidadãos feirenses já têm, ou vão ter a muito curto prazo, a rede de saneamento à porta. -----



Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que o Bloco de Esquerda iria apresentar um pedido de informação, no sentido de saber qual o valor do patrocínio da Unicer à empresa Feira Viva, dizendo considerar importante que os feirenses o saibam. -----
Relativamente aos comentários feitos às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, recordou ao membro José Leão que, no ano passado, o mesmo havia aprovado uma moção muito semelhante, que continha a maior parte dos termos e a linguagem que contém a moção apresentada na presente sessão. Referiu compreender que, em vésperas eleitorais, se negociem, nos gabinetes, acordos pré-eleitorais e que o PSD não queira votar contra o PS.----
Salientou que queria ainda fazer uma correcção que considerava importante, ressaltando que não foi o Bloco de Esquerda quem, na reunião preparatória à sessão da Assembleia, disse que só era importante a parte da moção a ser submetida a votação, ou seja, a parte da saudação aos trabalhadores no 1.º de Maio. Frisou que quando o Bloco de Esquerda apresenta uma moção o faz no seu todo, ou seja, também pelos considerandos. -----
Lamentou, em seguida, que o membro António Cardoso não tenha tido a oportunidade de se informar quanto às alternativas apresentadas pelo Bloco de Esquerda às políticas do FMI.-----
Concluindo, disse que também percebia a solidariedade evidenciada pelo CDS-PP quando se falava nos direitos dos trabalhadores. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), para dizer que queria esclarecer o membro Rui Tavares acerca da intenção da moção apresentada pelo Partido Socialista, pois o mesmo não a teria percebido muito bem. Explicou que uma construção, numa urbanização, não paga ramal, mas que uma casa construída num terreno contíguo a essa urbanização, para além de ter de pagar uma taxa de urbanização também tem de pagar o ramal. Salientou que era esse aspecto que se pretendia, ao apresentar a moção, ver renegociado. -----
Quanto à aplicação das taxas disse que, apesar do Partido Socialista não concordar com elas, as mesmas foram aprovadas e, por isso, têm que ser respeitadas. -----

A deputada municipal *Carla Pinto* (PS) pediu a palavra para dizer que queria fazer um esclarecimento relativamente à questão dos parquímetros, que falou na sua intervenção inicial. Sobre isso disse que, logicamente, se uma pessoa está numa consulta não pode ir colocar mais moedas no parquímetro e que o problema reside mesmo nesse aspecto. Nesse âmbito, referiu



que a ideia seria o fiscal, ao verificar uma situação de incumprimento, deixar na viatura um aviso, ficando a pessoa a saber que tinha de pagar o valor correspondente ao estacionamento no dia inteiro. Realçou que o que está a acontecer em Santa Maria da Feira é que as pessoas, em caso de incumprimento, têm de pagar uma coima que é muito mais pesada.-----
Concluindo disse que, caso houvesse dúvidas quanto ao que estava a propor, poder-se-ia contactar a Câmara de Oliveira de Azeméis, informando que naquele concelho esse sistema já foi implementado.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por salientar que queria prestar dois esclarecimentos, e que o primeiro se prendia com a circular de Aldriz, em Argoncilhe. Esclareceu que o caminho a que o Sr. Vice-Presidente da Câmara se referiu não é uma circular, mas sim um caminho de servidão, sublinhando que a construtora é obrigada a abrir esses caminhos de servidão para garantir o acesso aos terrenos que, com a construção da auto-estrada, ficaram sem acesso. Disse que dos dois lados da auto-estrada foram abertos caminhos de servidão, que se encontram em gravilha, salientando que ao longo da auto-estrada a construtora já pavimentou muitos desses caminhos de servidão mas que, curiosamente, naquela zona, os caminhos não foram pavimentados.-----

Salientou, então, que ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse, não foi conseguido, para aquele local, nenhum feito importante, porque o caminho que ali se encontra é um caminho de servidão, que é assim que está a funcionar, e que não é a circular de Aldriz. -
Relativamente à questão das taxas, disse que o problema é que as situações de que falou na intervenção inicial não são excepções, são muito mais do que isso, salientando que as muitas falhas denotam falta de critério, sublinhando que, no seu entendimento, todo o processo da facturação devia ser ponderado.-----

Concluindo, deu nota que a Câmara adjudicou a determinada empresa a fiscalização ao comércio, às situações relacionadas com a publicidade e outras e que, entretanto, essa discussão também chegará à Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por solicitar à Mesa da Assembleia que fizesse chegar à Câmara as duas facturas da Indaqua Feira – que deixou à Mesa – uma com o saldo de 25,28 euros e a outra, relativa ao mês seguinte, de 47,27



euros. Sobre isso, disse que até podia não ser boa a fazer contas, mas que tal aumento não é de 20 e tal por cento, nem de 2 por cento, mas sim de quase 100 por cento. Requereu que lhe fosse facultado o estudo comparativo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara falou.-----

Relativamente ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, disse que a Câmara tem responsabilidades sobre a abertura do comércio nesse dia, porque o decreto-lei determinou que eram as Câmaras Municipais a definirem se as grandes superfícies comerciais podiam abrir, ou não. Nesse âmbito, referiu que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira assobiou para o ar e, portanto, deu toda a margem para que no dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, as grandes superfícies comerciais abram as suas portas.-----

Salientou que, ao contrário do que acontece com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, os trabalhadores do Pingo Doce que vão trabalhar nesse dia fazem-no porque senão são despedidos, lamentando que a Câmara não tenha regulamentado, quando lhe competia fazê-lo. Fez notar que, por respeitar os direitos dos trabalhadores, a CDU votava favoravelmente a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o 1.º de Maio. -----

Relativamente à moção sobre as políticas do FMI, disse que a CDU também votava favoravelmente essa moção porque considera a ajuda do FMI como sendo um presente envenenado, dizendo que isso pode ser comprovado com a situação verificada na Grécia, onde a taxa de juro já se encontra nos 25 por cento.-----

A respeito da moção apresentada pelo Partido Socialista, disse que votava contra porque a CDU é contra as taxas, que sempre foi contra a taxa dos resíduos sólidos e urbanos bem como contra as taxas de rede, e que sempre questionou a legalidade, até, da taxa de rede, Sobre isso, disse que se não há um serviço, então não é uma taxa, mas sim um imposto. -----

Concluiu dizendo que, nesse pressuposto, também aproveitava para denunciar um pouco da hipocrisia do Partido Socialista, referindo que, aquando da privatização, aquele partido votou favoravelmente a privatização dos serviços de água e saneamento.-----

O membro António Cardoso (PS), perante a última afirmação proferida pela deputada municipal Lúcia Gomes, disse, a partir do seu lugar, que essa afirmação era falsa, chamando de mentirosa à deputada municipal, tendo a deputada municipal Lúcia Gomes retorquido, dizendo que a afirmação correspondia à verdade, e que aconteceu em 1991.-----



Entretanto, havia chegado à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso. Tinham saído os membros Ângelo Castro, António Domingues Pereira, Jorge Manuel Silva, Arménio Magalhães, Telmo Gomes e Manuel Mota Pinho. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter as moções a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor da moção (PS:15, CDS-PP), 30 votos contra (PSD: 28, PS: 1, BE), e 6 abstenções (PS: 4, CDU, Presidente da Comissão Administrativa de Canedo), rejeitar a moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS), cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (CDU, BE), 50 votos contra (PSD: 28, PS: 20, CDS-PP, Presidente da Comissão Administrativa de Canedo), e 0 abstenções, rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Repúdio às políticas do FMI e Comissão Europeia” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (CDU, BE), 47 votos contra (PSD: 28, PS: 17, CDS-PP, Presidente da Comissão Administrativa de Canedo), e 3 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Saudação ao 1.º de Maio – Dia do Trabalhador” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

A deputada municipal **Lúcia Gomes** disse, a partir do seu lugar, que queria fazer um ponto de ordem à Mesa, referindo que o membro António Cardoso estava a ser extremamente indelicado a mal educado para com ela, que inclusivamente lhe estava a chamar nomes, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* respondeu dizendo que esse era um assunto privado, decorrente de um diálogo privado, que não tinha ocorrido numa intervenção pública na Assembleia, pelo que não tinha de intervir a esse respeito. Dando por encerrado esse episódio, passou, de seguida, a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----

Reentraram os membros António Domingues Pereira, Jorge Manuel Silva e Manuel Mota



Pinho, tendo saído o membro Marco Aurélio Jesus.-----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Acta N.º 10 – Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se refere. -----
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da mesma, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções, aprovar a Acta n.º 10 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011.-----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2011, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 20 de Abril de 2011, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação.-----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

3 – Relatório de Actividades e Prestação de Contas de 2010 da Câmara Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi



feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Foi igualmente distribuído, oportunamente, a todos os membros da Assembleia, o documento referente à Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira respeitantes ao exercício de 2010, o qual passa a integrar o dossier do Relatório de Actividades e Prestação de Contas de 2010 da Câmara Municipal. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de Abril de 2011, entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Intervio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Era uma vez um concelho, com o povo desempregado. -----

Com as lutas sociais, demonstrado o desagrado. -----

Era uma vez uma Câmara, que dizia preocupar-se, -----

Mas ao fim e ao cabo, pão e circo eram o seu estandarte. -----

E assim passavam dias, anos e décadas até, -----

Saneamento inacabado, e agora culpam o Zé. -----

Mas é o Zé, o povinho, quem paga, -----

A factura da incompetência, -----

É vê-las chegar aos magotes, -----

As contas à residência. -----

Mas diz o senhor Presidente, que nisto não há mal nenhum, -----

Pois se vêm as novelas, que mal tem pagar o bem comum? -----

Mas o bem comum é de todos, um direito a exercer, -----

E mais cedo do que tarde, o povo há-de vencer. -----

São contas e números espalhados, por folhas de papel, -----

Que demonstram que as promessas, eram só palavras vãs, -----



E que a sua execução serão sempre os amanhãs.-----
O amanhã que há-de vir, que isto agora está mal,-----
É o FMI, o governo, “falta cumprir Portugal.”-----
De promessa, em promessa, de ano para ano, são os mesmos de sempre, e a mesma conversa.
Páginas, impressas em frente e verso, que se repetem, numa melodia cansativa que já todos
estamos fartos de ouvir. Ou pelo menos alguns de nós.-----
Não é, meus senhores, admissível que se prometa a um povo os seus direitos mais básicos:
educação, saneamento, água, para logo em seguida os trair.-----
Não é, meus senhores, admissível a malfadada promessa de 1986 de que vamos ter
saneamento, para lermos nestas páginas que era em 2007. Não, em 2008. Afinal 2009.
Esperem, 2010. Não, não, 2011. Quem falou em 2011, sempre dissemos 2012. Charters e
charters de promessas com comissão para a Indáqua. Comissão na água, comissão nas taxas,
comissão nas multas... é o negócio da china que afinal não aconteceu no Sporting, mas
aconteceu aqui mesmo.-----
O povo, é que paga.-----
“Ao faminto, que te tirou-----
O último pão, olha-lo como inimigo.-----
Mas ao ladrão que nunca passou fome-----
Não lhe saltas às goelas.”-----
E já sabemos o que vão dizer “Vocês, vêm para aqui criticar, mas pelo menos estamos a fazer
alguma coisa”. E se a minha avó tivesse rodas era uma bicicleta! Ora com tanto
incumprimento, tantos anos de promessas, era o que faltava não fazerem só, repito, SÓ, o que
vos compete... Mas quem paga são os munícipes, como se vê pelos aumentos de 100% nas
facturas da água. Sim, criticamos. Porque desde sempre dissemos que não era este o caminho.
Apresentámos e apresentamos alternativas. Mais cómodos seríamos caladinhos, quase a
lembrar o poema da “censura” de Herman José, “estes partidos encarnados, querem chatear
alguém vão chatear as vossas mães”.-----
Não, meus senhores, não é admissível que se vangloriem de uma obra que devia estar acabada
e que apenas tem prejudicado aqueles que V. Exas. dizem representar.-----
E não deixa de ser uma tragicomédia que venham os vereadores do PS, na discussão do
relatório e contas, com uma breve aparição do seu ex-cabeça de lista que prometia terrenos a l



euro e a diminuição da idade da reforma, mas cuja voz não se faz ouvir nas reuniões de Câmara, onde não falam uma vez do desemprego, dos custos da água, da grave situação social que os feirenses vivem, exigir racionalidade na gestão dos recursos humanos (tradução em português corrente, despedimentos) e erguer a bandeira da indignação pelo atraso no pagamento das senhas de presença de 3 meses. -----

Oh vil metal, perguntem lá aos eleitos da Assembleia Municipal quando recebem eles as senhas. Perguntem aos trabalhadores da cortiça quando recebem salário. Perguntem aos desempregados quando recebem o subsídio. Perguntem às crianças quando recebem o abono de família. Porque estes, os trabalhadores, os desempregados, as crianças, vivem só disto. E depois perguntem ao PS, com a mesma indignação, por que cortaram o abono a 40.000 crianças do distrito. Ou por que diminuíram o subsídio de desemprego e cortaram o subsídio social de desemprego. Ou por que não há castigo para o crime dos salários em atraso. Mas com a mesma indignação. E já agora, perguntem à Ministra do Trabalho, cabeça de lista por Aveiro, e à Câmara, se os trabalhadores não são pessoas. É que eles e elas, graças a ela, podem trabalhar 60 horas por semana. É que os trabalhadores do comércio, graças à inércia da câmara, podem trabalhar o ano inteiro como diz o anúncio. Mas os senhores Vereadores têm que ter o fim-de-semana. Não podem ler os documentos ao fim-de-semana. Mas os trabalhadores não são pessoas e têm mais é que trabalhar. Mas perguntem, com a mesma indignação. -----

E no município feirense são 8746 os desempregados, e elas, como sempre, são a maioria, representando 59%. 50,3% têm idades compreendidas entre os 35 e 54 anos e 33,9% apenas têm o primeiro ciclo do ensino básico enquanto a Câmara Municipal continua, como sempre, com políticas de “atenuação” dos efeitos. Não cria oportunidades de investimento e emprego com direitos, não exige do poder central intervenção assertiva e defensora dos interesses municipais e, acima de tudo, dos interesses das pessoas. -----

E a gestão de resíduos da Câmara Municipal, diz o Sr. Vereador Emídio, tudo vai bem. Perguntamos, para quem? Vezes sem conta criticámos e denunciámos a total ausência de medidas que visassem uma gestão eficaz nesta matéria por parte da Câmara PSD. A CDU, como é seu timbre, ao longo de sucessivos mandatos deste poder laranja, sempre denunciou a falta de uma verdadeira aposta em políticas de defesa ambiental, que começa desde logo pela não eliminação das lixeiras e montureiras existentes no concelho, e termina na falta de uma



acção sustentada e coerente de sensibilização dos munícipes para a triagem e separação dos resíduos no próprio domicílio. Acresce a ineficácia que deriva de uma escassez de meios da sua recolha e transporte, de ecopontos e de ecocentros que cobrem nitidamente de forma ineficaz o município, dado o seu número insuficiente. Quem ande pelas ruas da sede do concelho tropeçará nas lixeiras nos passeios, já normais, mas sobre isso nem uma palavra. Apenas os projectos experimentais em quatro condomínios, enquanto a recolha diminuiu a periodicidade, se paga um balúrdio em taxas e há mesmo quem diga que não vai pagar e ainda por cima separar. E permanece um fiscal para 31 freguesias. Bem? Para quem recebe as taxas. Na educação, o parque escolar, nas mãos da Câmara desde 1988, permanece um parque desqualificado e desadaptado em virtude de anos sem qualquer intervenção de fundo. O anúncio da construção dos centros escolares, sendo positivo, continua a ser tardio e insuficiente, pois os contentores, pomposamente denominados salas modulares, continuam a ser a solução encontrada por esta Câmara, que de provisórios passaram a permanentes - já lá vão 5 anos e a redução é de apenas 30%, com as derrapagens e sucessivos atrasos nas obras nas escolas.” -----

A deputada municipal Lúcia Gomes interrompeu a leitura do documento para, no âmbito da Cultura, aludir ao Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua, dizendo que foi prometida uma apresentação pública do mesmo mas que essa está muito difícil de acontecer, referindo querer conhecer o projecto bem como ver respondidas algumas questões relativamente ao mesmo.-----

Questionou, também, porque é que a Câmara não apoia o grupo All About Dance, salientando que o mesmo tem dado muito a falar de Santa Maria da Feira, frisando que, no caso de haver algum apoio a esse grupo, que o mesmo deveria constar dos documentos. -----

Deixou ainda uma nota de apreço ao trabalho desenvolvido pela Biblioteca Municipal, não só ao nível da cultura para adultos como também para as crianças, frisando ser um facto que a Biblioteca Municipal tem dado cartas na difusão da cultura.-----

Feito o aparte, prosseguiu com a leitura do documento: -----

“Quanto à certificação das contas, todos os anos a estória é a mesma. As reservas são sistematicamente levantadas nomeadamente a trabalhos para o Município, cujo valor não se consegue apurar, a saldos de terceiros por insuficiência na prestação de informações, nomeadamente informações bancárias e relativamente aos subsídios de investimento, o que



nos causa reservas também quanto à transparência das contas públicas. -----

Na generalidade, todos os pelouros sofreram cortes orçamentais entre os 20% e 30%, graças ao generoso Governo que elegeu o poder local democrático como inimigo, com a anuência do PSD. E o resultado está à vista. A execução ronda os 51,6%, com as receitas sempre provenientes dos impostos pagos pelos feirenses. O Município continua a ver a qualidade de vida a degradar-se. A poluição a aumentar. O aparelho produtivo a desaparecer. O rendimento a emagrecer. As dificuldades sempre a crescer. -----

Se há aqui uma encenação, os farsantes sabemos quem são, e, mais ainda, que custa a entender como vêm há mais de vinte anos vendendo ficção aos eleitores: seria uma comédia, se não fosse trágico. Mas como é, e é muito sério, e já agora que certos e determinados actores estão de saída, que tirem a máscara antes de virem agradecer à boca de cena, e peçam desculpa ao público. Porque a verdade é que o cartaz prometia pouco, mas a actuação foi, mais uma vez, decepcionante. -----

Pois, -----

“em nome do que nós temos -----

em nome do que nós fomos -----

revolução que fizemos -----

democracia que somos -----

em nome da unidade -----

linda flor da classe operária -----

em nome da liberdade -----

flor imensa e proletária -----

em nome desta vontade -----

de sermos todos iguais -----

vamos dizer a verdade -----

dizendo: não passam mais. -----

(...) -----

Em nome do que passámos -----

Não deixaremos passar -----

O patrão que ultrapassámos -----

E que nos quer trespassar -----



E por onde a gente passa -----
Nós passamos a palavra: -----
Cada rua cada praça é o chão que o povo lava -----
Passaremos adiante -----
Com passo firme e seguro -----
O passado é já bastante -----
Vamos passar ao futuro”. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A avaliação da execução orçamental deste orçamento mostra que, mais uma vez, os compromissos assumidos na construção do orçamento ficam muito aquém do que a realidade nos traz. -----

A desculpa habitual da crise não cola. O Orçamento de 2010 já foi elaborado numa época em que já vivíamos uma grave crise económica e social. -----

Mas, como de costume, o Sr. Vice-Presidente vem cá dizer-nos que se fez o melhor possível, que ninguém faria mais do que foi feito e, se alguma coisa correu mal, a culpa foi quase sempre externa ao executivo. -----

A campanha poupe pelo menos um euro por dia foi e continua a ser mais um truque publicitário da Câmara. Se a Câmara estivesse realmente interessada a combater o desperdício teria aceiteado a proposta do Bloco de Esquerda para que orçamento camarário fosse elaborado seguindo a metodologia do orçamento de base zero. Esta proposta foi rejeitada na discussão do Orçamento de 2009 e novamente em 2010. -----

Se a Câmara estivesse realmente interessada em combater o desperdício e defender a transparência não continuava a esconder na rubrica “Outros” milhões de euros. -----

Se a Câmara estivesse realmente interessada em combater o desperdício e defender a transparência não teria já adjudicado directamente, isto é, sem concurso público, 29 contratos no valor 8.329.996,97 € só nos primeiros meses de 2011. Aliás nos últimos 3 anos foram adjudicados directamente 24.115.031,52 € em 213 contratos. E aqui não está contemplada a Feira Viva. -----

A Feira Viva só em 2011 já adjudicou por ajuste directo 37 contratos no valor de 553.561,86



€. Nos últimos 3 anos foram 3.401.260,61 € em 213 ajustes directos. -----

Por exemplo, em relação aos Centros Escolares que estão parados por deficiências de projecto, concretamente o de S. João de Ver, foi adjudicado, por ajuste directo, trabalhos extra no valor de cerca de 150 mil euros na execução de fundações especiais. Isto revela bem como a Câmara Municipal gere os dinheiros públicos. Isto é a demonstração cabal de uma gestão em cima do joelho, numa ausência clara de um projecto de futuro para o concelho. -----

O saneamento continua uma promessa adiada. Ano após ano se diz aos feirenses que agora é que vai ser, sem que o fim das obras esteja à vista. Mas agora é que vai ser: saneamento finalizado em 2011/12. A ver vamos, mas por este andar não parece que assim seja. -----

Na acção social continuamos a não ter a criação de equipas pluridisciplinares (assistentes sociais, psicólogos e animadores culturais) que andem diariamente no terreno para detectar precocemente potenciais situações de risco nas escolas, núcleos de habitação social, população idosa e desempregada. É preciso uma aposta forte na prevenção para evitar as crises sociais como a que atravessámos e que face às notícias recentes, ainda se irá agravar. ---

Com o País a ser gerido nos próximos anos pelo FMI esta crise será ainda mais dramática para quem já nada tem. -----

A empresa municipal Feira Viva continua a não cumprir o objectivo de colocar no terreno uma verdadeira política cultural concelhia. A opção é pela cultura de exportação, não existindo uma acção concelhia verdadeiramente estruturada. É uma política centralista, que não consegue olhar para além do Castelo. -----

O Bloco sempre foi contra a existência da empresa municipal Feira Viva, porque a sua actividade não justifica a sua existência, a não ser o facto de assim fugir à fiscalização do Tribunal de Contas e desta Assembleia, como é demonstrado por o seu orçamento e plano de actividades e respectivos relatórios de execução apenas virem a esta Assembleia para informação. -----

Este Concelho continua a não ter uma rede de transportes públicos urbanos. -----

Continua a não haver recolha selectiva de resíduos. Isto já é feito, inclusive, por câmaras do PSD. -----

O Bloco de Esquerda considera que a política deve ser feita com clareza e com o objectivo de servir os feirenses. Porque achamos que estes relatórios não demonstram nenhuma destas premissas, votaremos contra.”-----



Saiu a deputada municipal *Lúcia Gomes*.-----

Intervio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por, no âmbito dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, dizer que, este ano, foram acrescentados alguns mapas que permitem tirar mais algumas conclusões.-----

Aludindo à questão da Receita disse que, curiosamente, ela diminuiu muito pouco comparativamente com o ano de 2009. Baseando-se na Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município – documento relativo ao ponto anterior da Ordem do Dia – disse que no quadro da análise da Receita, nos Impostos Directos, a soma, em 2009, é de 20.582.759,86 € e que, em 2010, é de 20.050.246,41 €, significando uma diferença na ordem dos 530 mil euros.-----

Prosseguiu dizendo que, comparando a soma das receitas correntes e de capital, em 2009 o valor era de 18.904.082,00 € e, em 2010, de 18.996.524,55 €, verificando-se, portanto, uma ligeira subida.-----

Sublinhou que, contudo, de 2009 para 2010, verificou-se uma diminuição na soma total da receita, de cerca 7 milhões de euros, ressaltando que essa diferença deve-se, essencialmente, às rubricas “Crédito” e “Outras”. Relativamente ao crédito contraído junto de entidades bancárias, disse que o valor diminuiu de 12 para 9 milhões de euros e que, quanto à rubrica Outras, o decréscimo foi de cerca 4 milhões de euros. Ainda sobre essa rubrica Outras disse que, tal como no ano transacto, continuava sem perceber o que a mesma retrata. Ressaltou que, em termos de receitas com os impostos pagos pelos feirenses, não houve diminuição significativa. -----

Disse que a taxa de execução orçamental ronda os 50% e que isso significava que a Câmara só fez 50% daquilo que prometeu, referindo que essa é uma boa forma de gerir as expectativas, por exemplo, dos Presidentes de Junta. A esse propósito, salientou que, no Orçamento Municipal, vem sempre uma rubrica para se fazer uma rua, um centro social, ou outra obra qualquer numa determinada freguesia mas que, no final do ano, só metade é feito.--
O membro Rui Tavares prosseguiu a sua intervenção referindo ter sido, também, a primeira vez em que, ao analisar os documentos das Contas, conseguiu fazer um cálculo, por alto, do prazo médio de pagamentos da Câmara Municipal, ressaltando que a Câmara de Santa Maria da Feira sabe quanto deve e a quem deve, e que isso já não é mau.-----



Nesse âmbito, disse que, tendo a Câmara uma execução orçamental de 62 milhões de euros e tendo apresentado, como dívida a fornecedores, um valor na casa dos 116 milhões de euros, isso queria dizer que o prazo médio de pagamentos da Câmara de Santa Maria da Feira é de dois anos, dizendo ter ficado satisfeito por, finalmente, ter conseguido vislumbrar a resposta à questão do prazo de pagamento a fornecedores.-----

A esse propósito, disse que a ETAR de Argoncilhe ainda não entrou em funcionamento, que pelas informações que tinha, não iria entrar antes do final do corrente ano, ressaltando que já há rede de saneamento e disponibilidade para as pessoas poderem aderir e efectuarem a ligação a essa rede. Disse que gostava de ser esclarecido se a não entrada em funcionamento da ETAR está relacionada com a questão do prazo médio de pagamento a fornecedores de que acabou de falar.-----

Salientou que, antes de concluir, queria chamar a atenção de mais um número, dizendo ter contabilizado, entre 2009 e 2010, 1,5 milhões de euros em contratos assinados, em plataformas públicas de aquisição, relacionados com o sistema informático do Urbanismo da Câmara Municipal. Disse estar convencido de que, caso o CDS-PP ganhasse as eleições em Santa Maria da Feira, não precisaria de vereador do Planeamento e Urbanismo porque já será tudo automático e informatizado. Salientou ser ainda mais grave porque uma grande parte desse valor, ou seja, uma verba na ordem dos 500 mil euros, é para pagamento anual da manutenção do sistema, concluindo dizendo que o que se passa no pelouro do Planeamento e Urbanismo devia merecer a reflexão de todos, ressaltando que quando se entra nas instalações desse pelouro deve dar a impressão que se está a entrar num outro mundo.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por pedir algum tempo para dar um esclarecimento relacionado com o incidente ocorrido, anteriormente, com a deputada municipal *Lúcia Gomes*.-----

Fez notar que, no mandato de 1993/1997, a Câmara avançou com o processo da empresarialização dos serviços municipalizados de água e saneamento e que, perante isso, o PS opôs-se e exigiu que fosse feito um referendo, uma consulta popular, mas que o PSD não aceitou fazê-lo e avançou para a empresarialização. Informou que, nessa reunião camarária em que foi aprovada a empresarialização, os vereadores do PS abandonaram a reunião antes da votação do assunto.-----



Deu nota que, mais tarde, realizou-se o concurso ao qual concorreram várias empresas, ressaltando que a empresa vencedora, a Indaqua, também não beneficiou da aprovação do PS. Frisou que, todavia, o PS discutiu as empresas que apareceram a concurso, ressaltando que era sua obrigação fazê-lo. -----

Prosseguiu dizendo que, posteriormente, o assunto foi presente à Assembleia Municipal, que a votação verificada foi uma votação muito espartilhada, mas que queria que ficasse claro que os vereadores do PS de então, que liderava, sempre negaram a empresarialização. -----

Lamentando por a deputada municipal Lúcia Gomes não se encontrar, naquele momento, presente na sala para ouvir o seu esclarecimento, referiu que a deputada municipal Lúcia Gomes tem idade para ser sua filha e que, devido a essa juventude, não acompanhava certamente, nessa altura, o desenvolvimento dos assuntos. -----

Referiu que a Lúcia Gomes, por ignorância ou por ter sido induzida em erro, não disse a verdade, dizendo que não podia permitir isso e que, como pedagogo que é, sentiu-se na obrigação de a esclarecer. -----

Feito esse aparte, o membro António Cardoso passou a ler documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Relatório de Actividades relativo ao ano de 2010, bem como a respectiva Conta de Gerência, mereceu a melhor atenção e a mais cuidada análise dos eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal. -----

Em termos meramente formais, os documentos encontram-se bem concebidos e desenvolvidos, e deles consta o essencial e o que se espera de um Relatório de Actividades. -----

Já o mesmo não acontece no que se refere ao substancialismo destes documentos. Não nos vamos repetir, nem obrigar os restantes membros desta Assembleia Municipal em relação ao que foi afirmado pelos nossos vereadores de forma directa, concisa, clara e contundente. Por isso: -----

- Não vamos entrar em detalhes desconfortáveis sobre os baixos índices de execução orçamental denunciados pela simples leitura dos números revelados nos Planos anual e plurianual de investimentos. Por muito que custe, qualquer resposta de quem de direito a esta questão, pecará sempre por se basear na retórica discursiva e não nos factos indesmentíveis, espelhados na revelação crua e dura dos números;-----

- Não vamos questionar o Executivo Camarário sobre a sua evidente incapacidade na



obtenção das receitas que anunciou e que resultariam da sua anunciada venda de terrenos; -----

- Da mesma forma, abstenho-nos de comentar os enormes desequilíbrios entre as despesas correntes e as despesas de capital. É só espreitar para os números; -----
- Recusamo-nos a continuar a insistir no facto de os compromissos financeiros assumidos por este Executivo serem claramente excessivos, colocando em risco a capacidade de pagamento ou, quem sabe até, a própria solvência da Autarquia; -----
- Tão-pouco vamos comentar as razões, bem como as consequências para as freguesias do Concelho, da evidente falta de cumprimento de obrigações de investimento e de participações financeiras, assumidas já por este Executivo; -----
- Arriscamos, talvez ingenuamente, quem sabe, que este ano não há eleições autárquicas, o que pode explicar (muito mal) algumas das nossas perplexidades... -----

Infelizmente para todos nós e para a Democracia Portuguesa, os eleitos do PSD, confortavelmente instalados e encantados com a sua maioria absoluta, parecem entender que as contribuições da oposição não servem para coisa nenhuma a julgar pela constante recusa de propostas provenientes do Partido Socialista. -----

Poderia até acontecer numa democracia saudável que, aceitando algumas da nossas propostas, o PS até se pudesse sentir solidário com algumas iniciativas deste Executivo, num ou noutro aspecto, conferindo um estatuto adulto ao exercício democrático. Mas, não. Sucede que parecemos estar num país que ensandeceu e o que este Executivo faz é comportar-se como o soba da tribo: faz-se assim porque nós queremos! -----

Se o PSD fosse uma agremiação partidária adulta, madura, experiente e que, sobretudo, aprendesse com os erros, talvez lhes fosse possível, por entre bocejos de aborrecimento, serem bafejados momentaneamente por um lampejo de lucidez, de inteligência e de pragmatismo. Se assim acontecesse, iniciativas óbvias já teriam sido tomadas por este Executivo. Por exemplo: -----

- Já teria sido possível intervir por forma a que a água que os feirenses pagam, a mais cara da região, pudesse baixar de preço. Nada justifica esta discriminação. O mesmo se passa com as elevadíssimas taxas cobradas aos munícipes pela ligação da água às residências e outras instalações, bem como o valor das taxas de saneamento que já foram cobradas anteriormente sob a forma de taxas de urbanização: isto é inacreditável! -----
- Já teria sido exequível diminuir o valor das taxas de urbanização, de publicidade, de



licenciamento de obras, de estacionamento e outras. Chega-se inclusivamente ao absurdo de cobrar uma taxa de vinte e cinco euros para se poder fazer uma queixa ou reclamação nos serviços camarários! Assim, nada custa governar. Governar, entre outras coisas é encontrar sempre um ponto de equilíbrio entre a necessidade e a possibilidade. Mas isso exige capacidade gestonária, bom senso, sentido do equilíbrio, sensibilidade social e outras qualidades, que parecem estar ausentes deste Executivo. -----

Como se o panorama já não parecesse dobrar a finados, o Executivo camarário tem-se revelado muito diligente no que se refere às ameaças em caso de incumprimento de taxas de água e saneamento, ignorando assim, as enormes dificuldades que atravessam as famílias feirenses e, de uma forma geral, as famílias portuguesas. Se isto não é insensibilidade social, então habitamos planetas diferentes. Na verdade, o PSD mal disfarça a sua ideologia neoliberal: quem sai aos seus não degenera... -----

E não foi por falta de aviso do Partido Socialista. Vs. Ex.^{as} foram avisadas a tempo e com argumentos sólidos de que essas atitudes eram adolescentemente irresponsáveis e irresponsavelmente aventureiras. -----

Fomos apelidados então, de profetas da desgraça. E com razão, porque a desgraça está mesmo a acontecer aos olhos de todos menos daqueles que se recusam a ver, ou seja, o Poder camarário instalado. -----

E, no meio desta confusão, acontecem coisas surrealistas provindas deste Executivo que se não fossem cómicas, seriam trágicas. Por vezes chegam cartas com nomes trocados a casa de feirenses, intimando-os a pagar serviços que a Câmara não executou ou, se o fez, fê-lo, como de costume, tarde, mal e a más horas. -----

O saneamento é para quem calha, não para quem precisa. Sucede que a Câmara está refém da Indáqua e só esta empresa decide se o abastecimento de água se faz ou se não faz a este ou àquele, e tudo por razões fundamentadas numa concepção neoliberal e mercantilista do mundo e das pessoas. -----

Uma das bandeiras deste Executivo foi o suposto e muito propalado apoio ao desenvolvimento económico concelhio pela criação de incentivos aos empresários que quisessem arriscar. -----

Mas, a montanha pariu um rato. Em lugar disso este Executivo pretende criar um imenso parque de sucatas e de acolhimento de indústrias poluidoras, oriundas de outros concelhos. ----



Claro que esta política de interesses estranhos fez com que a procura seja tal que o Executivo parece pretender outorgar poderes a empresas público-privadas no sentido de as habilitar ou autorizar a expropriarem terrenos para obras no mínimo, duvidosas. -----

Basta pensarmos na grande trapalhada do PERM e o pouco interesse do PEC. Sugerimos que este Executivo proponha a elevação deste concelho a capital do lixo. A julgar pela amostra será certamente um sério candidato ao lugar! -----

É-nos particularmente difícil entender o pensamento certamente inalcançável por um vulgar mortal, de um Executivo que defende uma coisa e faz o seu contrário com o maior dos desplantes. -----

Por um lado, diz acarinhar o ambiente ajardinando e criando locais de lazer, promovendo o saneamento e a distribuição pública de água potável. Mas, por outro, recebe alegre e entusiasticamente todos os lixos que os outros concelhos produzem e, por outro lado foge, como o diabo foge da cruz, dos estudos de impacto ambiental do famigerado Parque Empresarial. Que interesses protege o Executivo? Não são os dos munícipes seguramente... --

Uma palavra para o suposto tratamento dos resíduos sólidos: o Executivo tem andado a adiar soluções atrás de soluções para, no final, cair como um patinho num beco sem saída. -----

Ou seja: chegou-se a um ponto em que este Executivo se vê forçado a, não só manter o aterro sanitário como, pior do que isso, a triplicar o seu volume de enterramento, atulhando-o de lixo provindo de outro concelho! -----

Falamos, naturalmente, de Vila Nova de Gaia que, neste momento esfrega as mãos de contente porque, mediante pagamento se vê livre do lixo que o próprio concelho cria, atirando-o para o nosso concelho! Uma lixeira ou um aterro em terra dos outros é perfume! ----

No capítulo da Educação, confessamos que não entendemos mesmo nada sobre a estratégia desta Câmara que se apressa a concluir os Centros Escolares das freguesias mais pequenas mas esqueceram-se das maiores como é o caso da Arrifana e de São João de Ver, entre outras.

Não conseguimos vislumbrar a lógica certamente irrepreensível que norteou esta política! ----
Mas, acima de tudo, aquilo que, sinceramente, mais nos preocupa neste Relatório é que ele revela através da frieza denunciadora dos números, uma falta de sensibilidade social Olímpica. -----

Em lugar de criar linhas de apoio social para famílias carenciadas que, pura e simplesmente, não dispõem de capacidade financeira para suportarem os elevados custos das taxas e demais



derramas que aludimos antes, assobia para o lado, ao mesmo tempo que intimida e que as ameaça. -----

Em contraste com isto tudo, o Executivo não se coíbe, contudo, de encorajar, apoiar, publicitar e louvar os gastos faraónicos com festivais por tudo e por nada e com iniciativas pacóvias e paroquiais elevadas ao estatuto de acontecimentos grandiosos enquanto muitíssimas famílias vivem no limiar da pobreza ou mesmo nela mergulhadas. -----

O PSD faz o que sempre fez: agita diligentemente a superfície das águas para que se não veja a natureza lodosa do fundo. Todos os regimes autoritários e de pendor neoliberal atribuem uma importância obscena à forma, à aparência, à estética, em vez de a deslocarem para a substância, a verdade, a ética. Está-lhes no sangue que é o mesmo que dizer, forma parte integrante da sua matriz ideológica. -----

O Partido Socialista é como sempre foi, um partido com preocupações sociais. Para este partido o Mercado apenas é um instrumento ao serviço das pessoas e das suas necessidades não um fim em si mesmo. A nossa vocação é e será sempre a defesa dos interesses de quem sofre, de quem é excluído, de quem é marginalizado, de quem precisa, não de quem tem ou de quem ostenta. -----

E por isso, o PS-Feira convida as famílias feirenses que sofrem com a prepotência camarária, a apresentarem os seus casos na Divisão Social da Câmara, na Imprensa, nos meios de comunicação e em todo o lado onde a sua voz possa ser escutada e amplificada. -----

Nós, Partido Socialista, sempre nos opoemos à prevalência do ter, sobre o ser, do Capital sobre o Trabalho, do mercado como entidade sacralizada e elevada à condição de “divindade incontornável.” -----

Nunca nos calaremos. Lutaremos com as armas que temos e que são a vontade e a palavra. Rejeitaremos qualquer compromisso que ponha em causa o direito a uma vida decente, a uma velhice feliz. -----

Tudo faremos para que os nossos jovens, os mais qualificados que algum dia tivemos, tenham a oportunidade de ajudarem a desenvolver o concelho e o país onde nasceram. Não descansaremos enquanto houver desempregados neste concelho. Faremos o que for preciso: denunciaremos, publicaremos, acusaremos. Nunca nos calaremos! -----

Portanto, votamos contra.” -----



Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por, relativamente à questão do prazo médio de pagamentos da Câmara, falada pelo membro Rui Tavares, dizer que, por essa ordem de ideias, o membro Rui Tavares tinha de dilatar muito mais esse prazo de dois anos porque, segundo sabia, a Câmara tinha sempre pago atempadamente os vencimentos dos seus funcionários. Ressaltou que a média não pode ser calculada da forma como o membro Rui Tavares a calculou, sublinhando que é preciso saber ler os documentos.-----

Seguidamente passou a ler documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“As críticas ao relatório de actividades e prestação de contas de 2010, são as habituais, já que a oposição não pode aplaudir a gestão de quem está no poder, por muito boa que ela seja. São portanto normais. Já não é muito normal criticar o que se sabe ser forçoso acontecer.-----

Felizmente o PSD não precisa de utilizar estratégias tipo ilusionismo Socrático para justificar o que quer que seja. -----

No ano de 2010 a gestão camarária manteve-se centrada nos seus objectivos pré definidos e não se desviou do que havia considerado serem as suas prioridades. -----

É evidente que a redução drástica da receita dificultou seriamente a gestão. Se a receita se mantivesse ao nível de 2009 os pagamentos seriam executados num prazo mais curto ou em alternativa teria realizado mais obra. -----

É preciso sermos realistas e ter um mínimo de objectividade e coerência. Digo isto porque quando nesta Assembleia discutimos questões que implicam aumento da receita, os partidos da oposição fazem propostas de redução de taxas, ou seja diminuição da receita. Por outro lado, como ainda hoje, no período de antes da ordem do dia, fazem propostas de aumento da despesa, não pensando que o dinheiro gasto faltaria forçosamente noutras rubricas.-----

Não vale a pena insistir muito nisto porque a única dúvida que subsiste é se não percebem ou não querem perceber. -----

Basta ler a acta de reunião da Câmara onde se constata que perante a crítica de aumento da despesa com pessoal e a explicação simples e objectiva do Sr. Presidente que informou ser devido à contratação de 200 professores, cumprindo um protocolo celebrado com a DREN, recebendo a Câmara numa transferência de igual valor da administração central, a autora da crítica não aceitou a justificação. A verdade é que houve uma redução de 30 funcionários nos últimos 3 anos e números são números. -----

O que é de salientar na gestão de 2010 é que a vasta obra de saneamento básico manteve-se



com a calendarização que permite cumprir os objectivos, que o investimento na rede escolar é uma aposta ganha, que na área da dinamização económica os projectos vão avançando ao ritmo possível, ultrapassando obstáculos difíceis para além dos financeiros, que são sempre importantes. -----

Na área social, que a Câmara conforme planeou, deu particular atenção, dando respostas à grave crise social, que naturalmente se sente no nosso concelho, como em todo o país. Neste âmbito a Câmara de Santa Maria da Feira, de longa data é exemplo a nível nacional. -----

Críticas, repito, a oposição tem que as fazer porque entende fazerem parte da sua função, mas se fizerem uma análise fria e despartirizada, terão de concluir que na conjuntura em que vivemos, dificilmente seria possível gerir os destinos do nosso concelho muito melhor. -----

Somos realistas, rejeitamos a utopia de poder acudir a tudo, por isso preferimos seguir o rumo traçado em 2009, aquele que foi escolhido pelos Feirenses.” -----

No decorrer da intervenção do membro José Leão *reentrou a deputada municipal Lúcia Gomes* que, entretanto, pediu a palavra à Mesa para defesa da honra, o que lhe foi concedido. -----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) começou por lamentar a afirmação do membro António Cardoso de que tinha idade para ser seu pai, dizendo que, felizmente, foi-lhe dada educação pelos seus pais e foi-lhe ensinado a não chamar nomes às pessoas, bem como lhe foi ensinado que não é por as pessoas serem mais novas que são, necessariamente, mais ignorantes ou mais estúpidas. -----

Referiu que, apesar de em 1993 não andar pelas andanças partidárias, a CDU funciona como um colectivo, ressaltando que existem documentos, existe o registo histórico e que, portanto, sabe-se exactamente quais as responsabilidades que o Partido Socialista tinha na verificação da Câmara aquando da privatização dos serviços municipalizados da água e saneamento, em 1991. Frisou que podia fazer esse histórico ao membro António Cardoso, bem como podia fazer o histórico da legislação implementada pelo Partido Socialista, obrigando as Câmaras a privatizar a água. -----

Referiu que se o membro António Cardoso quer vir para a Assembleia Municipal dar lições de moral, que o faça, mas que não partisse do princípio que pelo facto de as pessoas serem mais novas são mais ignorantes. -----



Disse já estar habituada ao registo do membro António Cardoso, de discriminação, de má educação, de chamar nomes ao Sr. Presidente da Câmara, de chamar nomes à etnia cigana, e que, portanto, dispensava as lições do membro António Cardoso, fazendo sobressair que se o mesmo pretende entrar pelos insultos, que o fizesse fora da Assembleia Municipal.-----
Aproveitou para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo que quando os insultos são feitos na Assembleia Municipal, mesmo que não sejam em intervenção a partir da tribuna, cabe ao Sr. Presidente da Assembleia repor a ordem na Assembleia Municipal. Concluiu recordando que um simples gesto já deu para o despedimento de um ministro, não tendo esse ministro precisado, sequer, de falar.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, perante a última intervenção efectuada pela deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que era seu dever, porque a deputada municipal não se encontrava presente na sala aquando da intervenção do membro António Cardoso, dar testemunho de que o esclarecimento dado pelo membro António Cardoso não foi um esclarecimento ofensivo, ou seja, que não foram usadas palavras ofensivas para com a deputada municipal Lúcia Gomes.-----

Seguidamente, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Emídio Sousa, para responder às questões entretanto colocadas.-----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente Câmara*, que começou por aludir às questões colocadas pela deputada municipal Lúcia Gomes, para dizer que subscrevia algumas das coisas que a mesma disse mas que, relativamente à questão da recolha do lixo, não concordava. Sobre isso deu nota que, na cidade de Londres, a recolha do lixo é efectuada uma vez por semana, ressaltando, contudo, que o modelo de cidadania do Reino Unido é outro, e que tem de se perceber isso. Considerou que não se deve entrar por esse prisma, ou seja, pelo número de vezes que é efectuada a recolha, sublinhando ainda que há que ter em conta o equilíbrio entre a razão custo/benefício, ressaltando que essa tem sido uma preocupação da Câmara. Referiu tratar-se de uma questão de cidadania, apelando à consciência ambiental e ao civismo das pessoas, para o bem do Município e para o bem das próprias finanças do mesmo.-
Sobre os grupos All About Dance e os The Loyd, referiu que já trabalharam em conjunto com a Câmara, frisando a importância desses projectos no Concelho. Disse que projectos desse



gênero, por vezes, demoram anos a nascer, dizendo esperar que tais façam explodir outros existentes no Concelho, de similar potencial. Frisou a vertente económica de tais projectos, ressaltando que a cultura é negócio, que há novas áreas de negócio em que se tem de apostar, e que a cultura é uma delas. -----

Quanto à questão do Orçamento de Base Zero, falada pelo membro Nuno Serrano, disse que essa questão já foi falada em anteriores sessões da Assembleia. -----

Relativamente à questão dos ajustes directos, esclareceu que o ajuste directo é um instrumento de gestão, que tem limite de despesa e que, normalmente, é usado para obras mais urgentes ou para serviços mais especializados, para com empresas que garantam à Câmara uma qualidade de serviço. -----

Nesse âmbito, disse que o concurso público, sendo um método, por natureza, com muito maior concorrência, por vezes traz complicações, dizendo que exemplo disso é o que se passou com alguns centros escolares, dando nota que apareceram concorrentes com preços bastante baixos mas, depois, não fizeram a obra ou a fizeram mal ou pediram para renegociar com a Câmara. Frisou que quem lida com tais procedimentos sabe que as coisas não são tão lineares como podem aparentar ser. -----

A propósito das críticas feitas à acção social da Câmara, disse considerar as mesmas injustas, ressaltando que se há sector da Câmara que tem tido uma actuação notável, que é elogiada em todo o País, cujos projectos têm sido enaltecidos pela Gulbenkian e imitados por dezenas de municípios, é o sector da acção social. Disse entender ser um erro, politicamente, criticar-se o sector da Câmara que, a nível nacional, mais reconhecimento tem. -----

Quanto à questão relacionada com os transportes públicos, realçou as limitações que a Câmara tem a esse respeito, ressaltando que a mesma não tem os subsídios que tem a “Metro” nem os subsídios que tem a REFER. Referiu que, obviamente, a Câmara gostava de poder ter uma rede de transportes que, de quarto em quarto de hora, passasse à porta dos feirenses, mas que também julgava que noventa por cento das vezes os mesmos seguiriam vazios. Frisou que a Câmara de Santa Maria da Feira tem o que é possível, dentro do tipo de povoamento que possui, destacando as melhorias introduzidas no “Transfeira”. -----

Quanto à intervenção do membro Rui Tavares, disse que o mesmo é uma pessoa tão extraordinariamente esperta que conseguiu descobrir 116 milhões de euros de dívida da Câmara a fornecedores. Disse ter ficado, perante esse valor, preocupado, a ponto de ter



perguntado ao vereador do Pelouro das Finanças se essa afirmação correspondia à verdade. Realçou que as contas da Câmara são auditadas, vão ao Tribunal de Contas e que é preciso saber ler os documentos, mas que se o membro Rui Tavares viu que eram 116 milhões de euros, então é porque devia ser verdade. No entanto, chamou a atenção que nos ditos 116 milhões de euros estão mais de 40 milhões de euros de Fundos Comunitários que a Câmara recebeu e que são amortizados, ressaltando que não são dívida mas sim amortizações. -----
Sobre a verba gasta para a manutenção do sistema informático do urbanismo, disse que se a Câmara tem o software, tem de pagar o seu licenciamento, tem de pagar os direitos de autor, não o pode piratear. Disse tratar-se de um software muito especializado e, daí, não ser viável o uso de software livre. -----

Relativamente à intervenção efectuada pelo membro António Cardoso, disse ter ficado extraordinariamente surpreendido por o mesmo ter criticado a incapacidade da Câmara de gerar receita e, logo a seguir, ter criticado a aplicação de taxas por parte da Câmara, bem como aproveitado para fazer várias propostas que causariam o aumento da despesa. Recordou que o Partido Socialista, na campanha eleitoral, prometeu oferecer os manuais escolares gratuitos aos alunos da escolaridade obrigatória, bem como criar duas grandes zonas industriais e vender os terrenos a 1 euro o metro. A esse respeito disse que uma grande zona industrial, com cerca de 40 hectares, custaria, pelo conhecimento que tinha, entre 15 a 20 milhões de euros, com preços dos terrenos muito baratos, e que, portanto, duas custariam cerca de 40 milhões de euros. Nesse âmbito, disse que gostava de saber de onde viria o dinheiro. -----

Prosseguiu dizendo que outra coisa que considerou notável na intervenção do membro António Cardoso foi o mesmo ter culpado a Câmara de Santa Maria da Feira pelo facto das famílias portuguesas viverem muito mal. Sobre isso, referiu que já se sabia, apesar dos anos de governação socialista, que o culpado pelo estado do País era o Dr. Pedro Passos Coelho, e que já se sabia que a culpa pelo facto do FMI estar em Portugal era do PSD e restante oposição, porque fizeram com que o PEC IV não fosse aprovado. Salientou reconhecer no Eng. José Sócrates a capacidade de dizer uma coisa hoje e, amanhã, com a mesma cara, o oposto, e fazendo passar muito bem a mensagem na comunicação social. -----

Comentou que o partido que diz ser socialista foi o que cortou os abonos de família, foi o que não queria actualizar as pensões mínimas, foi o que aumentou os preços na saúde, o que



cortou nos benefícios fiscais, o que cortou nos apoios à terceira idade. Salientou que ser socialista com o dinheiro dos outros é muito fácil, mas que o problema é que o dinheiro acabou.-----

Sugeri, ironizando, ao membro António Cardoso, como candidato a deputado na Assembleia da República com grandes probabilidades de ser eleito, que propusesse que a Câmara de Santa Maria da Feira governasse o País. Disse ter a certeza que, se isso acontecesse, o País sairia do buraco num instante, ressaltando que fazer pior do que tem sido feito, é impossível.-----

Relativamente à alusão de que o PSD é neoliberal e mercantilista, disse que tais conceitos são do Século XVIII, mas que são chavões que estão na moda. Referiu que ser liberal é ser pela liberdade individual, é fazer o que cada um quer da sua vida. -----

Prosseguindo, salientou que o membro António Cardoso, quando fala do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), ainda está muito agarrado às memórias de infância, dando nota que também aprendeu a nadar num rio limpo, também pescou num rio limpo mas que, como em tudo, o tempo passou e eles cresceram. Frisou que, agora, existem mais comodidades, ressaltando que o que tem de acontecer é conseguir-se, à medida que vai acontecendo esse desenvolvimento, minimizar ao máximo o impacto sobre o ambiente. -----

Sublinhou que o PERM é um grande negócio, é um cluster de desenvolvimento numa área temática que o País precisa, e que pode trazer muito emprego e muita riqueza ao Concelho.----

Concluiu dizendo que o Partido Socialista não é o que foi dito pelo membro António Cardoso, sublinhando que o País está no estado em que está sobretudo devido aos anos de governação do Eng. José Sócrates, ressaltando que o grande problema é que um dia destes não haveria dinheiro para pagar aos funcionários públicos, não haveria dinheiro para pagar as reformas, e que eram essas questões que o deixava preocupado. -----

Seguidamente usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por dizer que, uma vez que os números que apresentou foram rebatidos, iria tentar ser mais específico na apresentação dos mesmos. -----

Relativamente ao prazo médio de pagamento a fornecedores, referiu que esse valor é calculado tendo em conta o valor que a Câmara paga, anualmente, aos seus fornecedores, relativamente ao que a Câmara deve aos fornecedores. Salientou que, efectivamente, o Pessoal não é considerado um fornecedor, realçando, contudo, que ao se retirar essa despesa



com o Pessoal, o prazo médio de pagamento aos fornecedores aumenta. -----
A esse propósito, referiu que a despesa anual com fornecedores, tendo em conta o quadro da análise da despesa constante na informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, é de cerca de 30 milhões de euros. Salientou que teve o cuidado de, ao total da despesa de 2010, na casa dos 62 milhões de euros, subtrair os 16 milhões de euros do Pessoal, os 2,850 milhões de euros das Amortizações de Empréstimos a curto prazo, os 3,857 milhões de euros das Amortizações, os 696 mil euros de Juros, bem como os 8,165 milhões de Transferências e Subsídios, por não se tratarem de fornecedores. Realçou que isso resultou em cerca de 30 milhões de euros e que isso significa que metade do orçamento da Câmara é para pagamentos a fornecedores. -----

Salientou que, em seguida, e tendo em conta o mapa da dívida da Câmara, que disse totalizar 117 milhões de euros, subtraiu, a essa verba, os 46 milhões de euros referentes a Empréstimos, porque não são fornecedores, perfazendo, então, 71 milhões de euros. -----
Ressaltou que o cálculo do prazo médio de pagamento é feito dividindo-se os 71 milhões por 30 milhões, que dá 2,37 anos, ou seja, 863 dias de prazo médio de pagamentos a fornecedores. Concluindo, disse que, se na intervenção anterior falou em 2 anos de prazo médio do pagamento a fornecedores, o prazo exacto é de 2 anos e 3 meses, pelo que pedia desculpa pelo lapso. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que assistiu a alguns esclarecimentos ideológicos de algumas forças partidárias, ressaltando que o Partido Socialista continua a viver no mundo da fantasia, apesar da triste realidade vivida no nosso País, governado, durante os últimos anos, pelo Partido Socialista. Lembrou, também, que o Orçamento de Estado de 2010 e de 2011 foram viabilizados pelo PSD, ressaltando ainda que os PEC I, II e III só existiram porque o PSD os viabilizou. -----

Salientou que aquilo que o membro António Cardoso disse acerca do Partido Socialista é pura fantasia, e que ser liberal também não é o que disse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, sublinhando que o significado desse termo depende das interpretações e do contexto, depende se se está a falar de questões sociais ou, por exemplo, de questões económicas. -----

Salientou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara mencionou dois aspectos que revelam bem a matriz ideológica da Câmara e do PSD, ou seja, que a cultura é um negócio, que tudo é



negócio, bem como o desfasamento que revelou da realidade, no que diz respeito aos transportes públicos. -----

Disse que todos os dias se deslocava para o seu emprego usando os transportes públicos, nomeadamente uma transportadora privada e o Metro do Porto, e que podia garantir que, na hora de se ir para o trabalho, os transportes vão à pinha e que, portanto, não andam 90% vazios. Referiu que os transportes públicos só não são mais usados por duas razões, a falta deles e os preços elevadíssimos dos bilhetes. -----

Lamentou a afirmação de que a cultura é um negócio, ressaltando que a cultura é um meio de instrução e diversão, que não deve ser encarado como um negócio mas sim como um meio para as pessoas se tornarem mais críticas e saberem questionar a sociedade em que estão inseridas. Referiu que é devido a essa visão de que a cultura é um negócio que faz com que a sociedade civil tenha uma capacidade tão pouco crítica relativamente a quem os governa. -----

Quanto à questão da acção social da Câmara de Santa Maria da Feira, disse não ter dúvidas que existem câmaras que fazem muito menos do que a de Santa Maria da Feira, recordando que por diversas vezes, o Bloco de Esquerda já votou favoravelmente e partilhou propostas feitas pela Câmara Municipal, nessa área. Frisou, contudo, que o Bloco de Esquerda não partilha a visão caritativa e de assistencialismo que a Câmara Municipal tem, dizendo que essa visão é copiada por todo o País, que se trata de um modelo neoliberal que se quer impor à sociedade e que é criticado pelo Bloco de Esquerda, por não ser o modelo que defende. -----

Disse bastar andar mais no terreno, visitar alguns bairros sociais e escolas, e falar com os professores, que estes logo indicarão centenas de casos carentes da intervenção da acção social, sublinhando que essa é que é a realidade e que, perante a mesma, há necessidade de haver mais intervenção nessa área. -----

Concluiu dizendo ter registado a contundente frase de que tudo é negócio, mas que não concordava com ela. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que não esperava que a intervenção que efectuou merecesse tanta atenção da parte do Sr. Vice-Presidente da Câmara.- Fez sobressair que o Sr. Vice-Presidente da Câmara misturou alhos com bugalhos, que aproveitou para falar da campanha eleitoral de 2009 e da política nacional, fazendo notar, sobre isso, que o que estava em discussão era a gerência de 2010 da Câmara Municipal. -----



Referiu que não ia falar do PS nacional, e muito menos de José Sócrates, dizendo não ser ninguém para defender o Eng. José Sócrates, sublinhando que o mesmo se defende muito bem, que tem muita categoria, que vale muito, e que é uma grande referência que o País tem. - Reafirmou a insensibilidade social por parte da Câmara, ressaltando que muitos feirenses receberam cartas para lhes retirar 10, 15, 20, 30 euros dos bolsos, com os quais não estavam a contar. Focou que ele próprio, embora trocando-lhe o nome e chamando-o de Fernando Cardoso, recebeu uma carta em casa para pagar um produto que não ia consumir.-----
Salientou, novamente, que um feirense que constrói numa urbanização não paga o ramal de ligação, mas que se construir no terreno ao lado, já paga. -----
Sublinhou ainda que, estando o PSD a gerir a Câmara há 24 anos, bastava ter feito cerca de três por cento da rede de saneamento por ano e, hoje, já tinha esse problema resolvido. Referiu que a Câmara foi na cantiga da cigarra, ou seja, que fizeram farras e festas e, hoje, chegada a hora, terão de ser os feirenses a pagar. Frisou que era essa insensibilidade que queria destacar, questionando quantos casos de famílias carenciadas é que foram desenvolvidos pelo Fundo Social, constante do contrato celebrado com a Indaqua Feira. Disse que, pelo que sabia, não havia nenhum caso apoiado pelo Fundo Social, questionando, uma vez mais, onde estava a sensibilidade social. -----
Relativamente ao PERM, disse que está escrito nos documentos fornecidos que o mesmo servirá para realocar actividades em conflito com as populações existentes noutros concelhos. Salientou que isso significava que podem ser colocadas no PERM indústrias como centrais de betão, de transformação de metais ferrosos, siderurgias, e outras. Focou que o PERM tinha um estudo de impacto ambiental rigoroso, mas que a nova versão faz com que o PERM, para além das sucatas, possa receber indústrias poluidoras em conflito noutros concelhos, e que por isso é que considera não estar errado quando diz que o Município de Santa Maria da Feira é candidato a capital do lixo. -----
Concluindo, disse que não queria fugir para a política nacional porque senão teria de dizer que o salário mínimo aumentou, que os complementos de reforma foram aplicados, que o plano tecnológico estava a funcionar, bem como teria que aludir ao parque escolar, ao ensino superior, à construção da A32, entre outros aspectos, mas que o que pretende discutir é a gerência de 2010 da Câmara Municipal.-----



Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, que começou por dizer ao membro Rui Tavares, relativamente ao método de cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedores, que também aprendeu na universidade que a contabilização do prazo médio tinha a ver com a diferença entre a data em que o serviço é facturado e a data em que é feita a liquidação da factura, e que é a partir daí que é calculado o prazo médio. -----

Quanto à questão da situação social no Concelho, abordada pelo membro Nuno Serrano, disse haver, por parte da Câmara, a preocupação de retirar, inclusivamente, as pessoas do ciclo de permanente pobreza, sublinhando que a Câmara tem um projecto nesse sentido, bem como muitos outros projectos interessantes e inovadores, no âmbito da acção social. -----

Relativamente à questão do PERM, a que aludiu o membro António Cardoso, clarificou que o PERM destina-se à recuperação de materiais, como seja os veículos em fins de vida, os resíduos eléctricos e tudo o que seja relacionado com essa actividade. Referiu que, acessoriamente, e numa medida preventiva para que o PERM não fique com lotes vazios, sem utilidade e, conseqüentemente, com dinheiro ali enterrado, poderão ser implantadas outras indústrias, que terão de respeitar os condicionamentos do impacto ambiental. -----

Concluindo, disse que o membro António Cardoso fez uma grande intervenção na defesa ao Sr. Primeiro-Ministro, que isso só lhe ficava bem, e que teria de se habituar a fazer esse género de intervenções, pois iria ter de as fazer mais vezes. -----

Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, chegou à sessão o membro José Carlos Pinto da Silva. Tinham, também, reentrado os membros Ângelo Castro, Arménio Magalhães e Marco Aurélio Jesus. Haviam saído os membros António Vilar, Alberto Malta, Manuel António Ferreira, Idalina Abreu, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Gastão Valente, Guisande – Mário Luís Silva, Milheirós de Poiares – Augusto Santos, e Nogueira da Regedoura – Henrique Ferreira. Tinha, também, saído a Presidente da Comissão Administrativa de Canedo – Fátima Silva Sá. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 29, PS: 6), 12 votos contra (CDS-PP, BE, CDU, PS: 9), e 2 abstenções (PS), aprovar o Relatório de Actividades, a actualização do Inventário, bem como o Relatório de Gestão, com a respectiva Proposta de Aplicação do



Resultado Líquido do Exercício, e os restantes documentos de Prestação de Contas do ano de 2010 da Câmara Municipal, constantes do dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

4 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2010 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 18 de Abril de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Informou que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento, questionando se algum dos Srs. deputados municipais pretendia usar da palavra relativamente à matéria em questão. --

Visto que nenhum dos membros pretendeu usar da palavra relativamente à matéria em referência, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório, com a respectiva Proposta de Aplicação de Resultados, e as Contas do Exercício de 2010 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M., constantes do dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

5 – 2.ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos -----

1.ª Revisão ao PAM – Plano de Actividades Municipal-----

2.ª Revisão ao Orçamento -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 18 de Abril de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a



votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP), 1 voto contra (BE), e 1 abstenção (CDU), aprovar a 2.ª Revisão ao PPI, no valor de 11.200,00 €, a 1.ª Revisão ao PAM, no valor de 100,00 €, e a 2.ª Revisão ao Orçamento, no valor de 128.471,50 € – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Saíram os membros Ângelo Castro e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanfins – José Leite, Vale – Joaquim Rocha, e Vila Maior – Manuel Araújo. Saiu, também, a representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Sandra Castro. -----

6 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de Abril de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 24, PS:8, CDU), 8 votos contra (PS), e 3 abstenções (CDS-PP, BE, PS:1), aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 18 de Abril de 2011. -----

Em conformidade, ficam, por conseguinte, reformadas as deliberações de 30 de Dezembro de -----



2010 e de 28 de Fevereiro de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

Saíram os membros Manuel Mota Pinho e os Presidentes das Juntas de Freguesia de S. João de Ver – Amaro Araújo, e São Miguel de Souto – António Feliciano Pinho. -----

7 – Proposta de alteração do art.º 25 dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de Abril de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que disse que a posição do Partido Socialista, quanto ao PERM, já é conhecida. -----

Referiu que a nova versão do PERM é pior do que a inicial, ressaltando que o grupo municipal do PS não concorda com a atribuição do poder para expropriar terrenos. Disse considerar a localização do PERM como sendo uma má localização, discordando ainda que esteja previsto, para o PERM, a realocação de actividades existentes noutros concelhos e que se encontrem em conflitos. -----

Frisou que, pelas razões que explicou, o grupo municipal do PS não ia viabilizar que uma empresa tenha poderes para expropriar os terrenos. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dar nota que o BE iria votar contra a alteração aos estatutos, na sequência e em coerência com a forma como votou quando o assunto foi considerado em anteriores sessões da Assembleia Municipal. -----

Disse reiterar, uma vez mais, que a realidade vem demonstrando, cabalmente, que o modelo assente em parcerias público-privadas é um modelo errado de negócio, sublinhando que notícias recentes são claras quanto à natureza dessas parcerias, em que o lucro vai para os



parceiros privados e o prejuízo vai para o público. -----
Concluiu dizendo que o PSD devia saber desse aspecto muito bem uma vez que, a nível nacional, muito tem falado que esse modelo é uma receita do passado e que tem levado ao estado em que o País se encontra. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, dizendo que queria dar um esclarecimento ao membro António Cardoso, ressaltando que, com a alteração aos estatutos proposta, não se está a conceder o poder de expropriação à PERM mas sim a competência para propor a declaração de utilidade pública. Sublinhou que o poder para expropriar mantém-se no Governo. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (PSD: 24, PS: 4), 10 votos contra (CDU, BE, PS: 8), e 3 abstenções (CDS-PP, PS: 2), aprovar a alteração do artigo 25.º dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 18 de Abril de 2011, bem assim como autorizar, desde já, que a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria delibere a alteração dos estatutos da PERM, EIM no sentido de esta ficar habilitada a tratar a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 30 de Abril de 2004, no respeitante a esta matéria. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para fazer uma declaração de voto que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu queria só justificar o porquê da abstenção, por algumas vezes me abster. Porque, por exemplo neste caso, o meu entendimento é que estamos a meio da ponte, a ponte está a abanar, agora não fazem para a frente, nem para trás. Isso é mesmo assim, o processo já avançou, já temos muito dinheiro gasto nesta situação, agora ao fim de três anos lembraram-se que os estatutos não estão bem e que é preciso alterar não sei quê, para poder pedir a expropriação dos terrenos. Quer dizer, estas trapalhadas habituais, e aquilo que eu quero justificar é que estamos a meio caminho, a ponte está a abanar, tanto faz correr para a frente



como para trás, daí a gente se abster.” -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* pediu a atenção da Assembleia para dar nota que, por razões de ordem pessoal, que já havia dado a conhecer aos representantes dos grupos municipais na reunião prévia, teria de se ausentar da sessão. Assim sendo, passou a presidência da sessão ao 1.º Secretário da Mesa – Sérgio Reis Ribeiro, despedindo-se de todos e desejando a continuação de bons trabalhos, ausentando-se, em seguida, da sala. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* convidou o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para completar a Mesa, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Carla Adriana Pinto, que tomou o respectivo lugar na Mesa. -----

Entretanto, para além do Sr. Presidente da Assembleia, saíram os membros Arménio Magalhães, Marco Aurélio Jesus, e o Presidente da Junta de Freguesia de Travanca – António Sérgio Silva. Reentraram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Gastão Valente, e Sanfins – José Leite.-----

8 – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (*deliberação da Assembleia de 30/12/2010*)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 21 de Março de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita, questionando se algum dos membros pretendia usar da palavra relativamente a esta matéria.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) para recordar que o Partido Socialista contestou o regulamento por conter um artigo que diz que um cidadão que apresente uma queixa ou uma reclamação tem de pagar uma taxa de 25 euros. Disse que por má vontade, para não dizer teimosia do Sr. Presidente da Câmara, esse artigo permanece, salientando que o grupo municipal do Partido Socialista recusa essa situação e, daí, ter por várias vezes sugerido que a cobrança dessa taxa de 25 euros fosse retirada do regulamento. Frisou que, como não o foi, o grupo municipal do partido socialista ia votar contra, ressaltando que, como se podia constatar, caso o PSD aceitasse algumas das sugestões do PS, o PS seria mais vezes solidário



com o PSD. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer que a CDU está em concordância com os argumentos apresentados pelo membro António Cardoso. Salientou que a CDU já tinha, também, denunciado essa situação, frisando não ser admissível que um cidadão, por apresentar uma reclamação, tenha de pagar 25 euros. -----

Concluiu por, dirigindo-se ao membro António Cardoso, lhe pedir autorização para, apesar da sua juventude, o corrigir quanto a uma expressão que o mesmo usou numa intervenção anterior, dizendo-lhe que a expressão “volto a repetir” é um pleonasma, ressaltando que ou se volta a dizer ou se repete. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (PSD: 25, PS: 1), 9 votos contra (BE, CDU, PS:7), e 4 abstenções (PS: 3, CDS-PP), aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 21 de Março de 2011. -----

9 – Cessação da participação do Município de Santa Maria da Feira na Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de Março de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter o assunto a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais – estando presentes 39 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a cessação da participação do Município de Santa Maria da Feira na Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, revogada a deliberação de 16 de Novembro de 2001. -----

Reentraram os membros Ângelo Castro, Manuel Mota Pinho, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Henrique Ferreira e Vila Maior – Manuel Araújo. ----

10 – Contrato Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Angélica da Silva e Sousa Tavares e outros e o Município de Santa Maria da Feira -----

- Autorização da assunção da despesa e repartição de encargos -----

11 – Aquisição de serviços “Transporte Urbano em Santa Maria da Feira – Transfeira” -

- Autorização da repartição de encargos -----

12 – “Aquisição de Serviços de Aluguer de Maquinaria” -----

- Autorização da repartição de encargos -----

13 – “Aquisição de tampas para caixas de águas pluviais” -----

- Autorização da repartição de encargos -----

14 – “Plano de Intervenção para a Requalificação da Pedreira das Penas” -----

- Autorização da repartição de encargos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* introduziu os pontos n.ºs 10 a 14 da Ordem do Dia – a que se referem as deliberações camarárias de 04 de Abril de 2011 (ponto n.º 10) e de 18 de Abril de 2011 (pontos n.ºs 11 a 14) entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que submeteria tais assuntos a discussão conjunta uma vez se tratarem, todos eles, de autorização de repartição de encargos e que, naturalmente, os submeteria, separadamente, a votação. Questionou se algum dos Srs. deputados municipais pretendia intervir relativamente a qualquer um desses assuntos. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer, quanto às repartições de encargos frequentemente presentes à Assembleia Municipal, que, no âmbito do cumprimento -----



das regras democráticas, é preciso ter alguma cortesia, frisando não fazer sentido trazer à Assembleia Municipal algo que já foi contratualizado. Referiu haver casos em que se solicita à Assembleia Municipal a autorização da repartição de despesas de contratos que já foram assinados, ressaltando que isso não faz qualquer sentido. -----

Questionou como seria no caso de o grupo municipal do PSD, num rasgo de realidade, inviabilizar a repartição de encargos. Disse considerar que era de bom senso que tais assuntos fossem presentes à Assembleia antes de contratualizados. Referiu, quanto a essa questão, que poderão usar o argumento de que a necessidade faz com que esses contratos tenham de ser, num curto espaço de tempo, aprovados na Câmara e só posteriormente presentes à Assembleia, frisando, contrapondo esse argumento, que se podem fazer mais sessões da Assembleia Municipal, como acontece no resto do País. -----

Proseguiu aludindo ao ponto n.º 10, dizendo que o mesmo se relaciona com a compra de um terreno para a construção da Unidade de Saúde de S. Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, no valor de 150 mil euros, questionando, sobre esse, quais as garantias que a Câmara tinha, face à conjectura económica do País, de que essa obra ia ser edificada. -----

Concluiu fazendo referência à questão dos transportes urbanos em Santa Maria da Feira, dizendo, acerca desse ponto, que o que é presente à Assembleia relaciona-se, unicamente, com a contratualização de apenas um autocarro. Nesse sentido, disse que a rede de transportes existente no Concelho é indecente e que, aparte a cidade sede, o resto do Concelho parece ser paisagem. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) para, relativamente ao ponto sobre o Transfeira, dizer que houve uma sessão da Assembleia Municipal em que colocou ao executivo do PSD determinadas questões sobre o Transfeira, tendo alertado, nessa ocasião, para a privatização desse serviço. Frisou que, nessa altura, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Transfeira nunca ia ser privatizado. -----

A esse propósito, disse que, afinal, sempre se concretizou e sempre se está a privatizar o Transfeira a uma empresa privada, no caso a Auto Viação Feirense, por um período de três anos. Concluiu dizendo que, então, se veio a verificar que aquela promessa feita, há uns anos, pelo Sr. Presidente da Câmara, acabou por não ser cumprida porque se estava, agora, a privatizar o Transfeira. -----



Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que iniciou por ressaltar que o que estava em discussão eram repartições de encargos e não as aquisições em si e que, portanto, se iria restringir às repartições de encargos.-----

Sobre o Transfeira, disse que o contrato feito com a Auto Viação Feirense tem uma duração até 2014, ou seja, para além do actual mandato do executivo camarário, questionando o porquê da duração do contrato não terminar no final do corrente mandato, comprometendo, desse modo, o próximo executivo. -----

Referiu, em seguida, que à Assembleia Municipal têm sido presentes vários casos de autorização de repartição de encargos, dizendo que alguns deles são justificados com a despesa do ano económico, mas que outros não o são.-----

Nesse âmbito, disse que se a Câmara resolve comprar tampas para caixas de águas pluviais, e se prevê utilizá-las durante o corrente ano, então que não via razão para que solicitasse a repartição desse encargo por dois anos, salientando considerar que esse encargo deveria ficar registado, na sua totalidade, no corrente ano. -----

Frisou que, similarmente, são presentes à Assembleia Municipal vários casos de repartições de encargos relativos a aquisição de terrenos. Disse que, caso fosse ele o proprietário do terreno, garantia que não seria presente qualquer repartição de encargos à Assembleia, pois exigiria que a Câmara pagasse a totalidade do preço aquando da escritura. Concluiu dizendo não perceber o porquê de a Câmara fazer repercutir esses encargos por vários anos uma vez que os terrenos ficam, no imediato, ao dispor da Câmara. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, que começou por esclarecer ao membro Nuno Serrano que a autorização da repartição de encargos pela Assembleia Municipal é uma obrigatoriedade legal, focando que a lei diz que sempre que a Câmara assuma despesa para os anos seguintes, essa tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao terreno necessário para a implantação da Unidade de Saúde de S. Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, disse que, naturalmente, existem garantias por parte do Sr. Secretário de Estado, que a aquisição do terreno não foi feita por acaso, e que a Câmara espera que, brevemente, seja feita a formalização desse acordo. -----

Quanto ao assumir encargos até 2014, esclareceu ao membro Rui Tavares que a Câmara não vai parar em 2013, ganhe quem ganhar as eleições para a Câmara. Referiu que a Câmara vai



continuar a comprar tampas para as caixas, vai continuar a alcatroar estradas, e vai continuar a tratar dos assuntos que tem de tratar. Salientou que, em termos de gestão racional, o objectivo é a Câmara ir comprando as tampas para as caixas de águas pluviais à medida das necessidades, durante os dois anos, e daí a autorização para a repartição de encargos. -----
Relativamente à questão do Transfeira, sublinhou que o Transfeira mantém-se um serviço municipal, e que o que a Câmara estava a fazer era a alugar, se assim se podia dizer, um autocarro à Auto Viação Feirense. Concluiu dizendo que seria muito bom que o Transfeira pudesse vir a ser, um dia, privatizado, pois era sinal que tinha sustentabilidade financeira, ressaltando não ser o caso porque o Transfeira dá prejuízo.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter os pontos n.ºs 10 a 14 da Ordem do Dia, separadamente, a votação. -----

10 – Contrato Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Angélica da Silva e Sousa Tavares e outros e o Município de Santa Maria da Feira -----

- Autorização da assunção da despesa e repartição de encargos -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 27, PS: 13), 0 votos contra e 3 abstenções (BE, CDS-PP, CDU), autorizar a assunção da despesa e repartição de encargos para aos anos de 2011, 2012 e 2013, respeitante ao Contrato Promessa de Compra e Venda supra-identificada, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 04 de Abril de 2011. -----

11 – Aquisição de serviços “Transporte Urbano em Santa Maria da Feira – Transfeira” -----

- Autorização da repartição de encargos-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 27, PS: 13), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (CDU, CDS-PP), autorizar a repartição de encargos relativa à aquisição de serviços supra-identificada, pelos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo o montante previsível da despesa de 38.888,89 € para 2011, de 58.333,33 € para 2012, de 58.333,33 € para 2013, e de 19.444,45 € para 2014, valores estes sem IVA. -----

12 – “Aquisição de Serviços de Aluguer de Maquinaria” -----



- *Autorização da repartição de encargos*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 27, PS: 13), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (CDU, CDS-PP), autorizar a repartição de encargos relativa à aquisição de serviços supra-identificada, pelos anos de 2011 e 2012, sendo o montante previsível da despesa de 54.262,50 € para 2011, e de 18.087,50 € para 2012, valores estes sem IVA. -----

13 – *“Aquisição de tampas para caixas de águas pluviais”* -----

- *Autorização da repartição de encargos*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 27, PS: 13), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (CDU, CDS-PP), autorizar a repartição de encargos relativa à aquisição de bens supra-identificada, pelos anos de 2011 e 2012, sendo o montante previsível da despesa de 13.316,04 € para 2011, e de 4.438,68 € para 2012, valores estes sem IVA. -----

14 – *“Plano de Intervenção para a Requalificação da Pedreira das Penas”* -----

- *Autorização da repartição de encargos*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 27, PS:13), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (CDU, CDS-PP), autorizar a repartição de encargos relativa à aquisição de serviços supra-identificada, pelos anos de 2011 e 2012, sendo o montante previsível da despesa de 14.985,00 € para 2011, e de 4.995,00 € para 2012, valores estes sem IVA. -----

15 – **Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira do ano 2010 (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do officio remetido à Mesa pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (CPCJ), registado na Secção de Expediente e Arquivo sob o n.º 003484, em 22 de Fevereiro de 2011, documento entretanto enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Deu nota da presença na Assembleia do Presidente da CPCJ – Sr. Horácio Sá – para, a pedido do mesmo, e de acordo com o combinado entre a Mesa da Assembleia e os líderes dos grupos municipais,



fazer uma breve apresentação do documento em referência. Passou, em seguida, a palavra ao Sr. Horácio Sá.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, *Horácio Sá*, que começou por agradecer à Mesa a possibilidade de poder apresentar o relatório da Comissão. -----

Disse ter solicitado autorização para falar à Assembleia em primeiro lugar porque considera que a CPCJ deve dar conta à Assembleia Municipal da sua actividade, recordando que a Assembleia Municipal elegeu para a Comissão quatro cidadãos para integrar a comissão alargada da CPCJ, o Sr. Frutuoso Tomé, o Prof. António Espassandim, o Sr. Casimiro Loureiro, e a Alexandra Sousa, tendo dado nota que a Alexandra Sousa acabou por ficar na comissão restrita, fazendo sobressair que a mesma tem feito um trabalho extraordinário em prole da CPCJ.-----

Disse que o segundo motivo tem a ver com o facto de o Sr. Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Dr. Armando Leandro, ter feito sentir a todos os presidentes das CPCJ, que deveriam ir às respectivas Assembleias Municipais darem a cara, explicando o envolvimento de cada um, como responsáveis perante a comunidade. -----

Prosseguiu dizendo que, sem querer imiscuir-se no que foi falado no decorrer da sessão, uma vez que não era deputado municipal e, assim, não tinha esse direito, queria sublinhar que, felizmente, para o bem das crianças, o Concelho de Santa Maria da Feira tem uma rede social extraordinária. -----

Salientou não se tratar de uma rede social que cerca as pessoas mas sim uma rede social que não deixa cair ao chão, ressaltando que a CPCJ tem conseguido saber dinamizar essa rede, saber aproveitar-se das suas valências, frisando que essa tem sido uma ferramenta notável ao serviço da defesa dos direitos das crianças. -----

Referiu que, com a crise que se atravessa, esperava-se que o número de processos entrados na CPCJ aumentasse exponencialmente mas que, no caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, isso não aconteceu, tendo-se verificado um decréscimo do número de processos. Referiu que esse facto não se deve somente à acção da CPCJ, mas essencialmente à acção dos agentes que trabalham em prole das crianças. -----

Disse que queria aproveitar a oportunidade para pedir a todos os presentes, ao Srs. Presidentes



de Junta e restantes membros da Assembleia Municipal, para se predisporem a ser mais um elo da rede social concelhia, salientando que os queria ver mais atentos, mais preocupados, mais colaborantes, pedindo-lhes que, efectivamente, fizessem parte da rede que não deixa cair as crianças ao chão. -----

Em seguida, referiu que era justo de sua parte agradecer à Câmara o apoio que tem dado à CPCJ. Disse que a Câmara tem feito um trabalho extraordinário, destacando que tem andado por todo o país e constata que é raro encontrar uma Câmara que dê o apoio à CPCJ que dá a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, salientando que, apesar de ainda haver muito por fazer no Concelho, os direitos da criança estão a ser mais respeitados e as crianças estão a ser mais protegidas. -----

Concluiu agradecendo a oportunidade de falar sobre a CPCJ à Assembleia Municipal, colocando-se à disposição da Assembleia para dar mais algum esclarecimento, caso o entendessem. -----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No seguimento do que aqui foi apresentado pelo Sr. ° Horácio, Presidente da CPCJ, venho fazer um balanço da minha actividade voluntária na CPCJ, como elemento da Assembleia Municipal, pela qual fui nomeada no ano transacto, por altura da apresentação do Relatório Anual da CPCJ. -----

Neste sentido, quero, neste momento, dar conta, ao órgão que me nomeou, do que fiz até então: -----

- assumi funções na Comissão na sua Modalidade Alargada, no dia 26 de Março de 2010, altura em que questioneei sobre o trabalho que seria possível desempenhar e, desde logo, me disponibilizei para integrar a Modalidade Restrita. -----

- integro então a Comissão Alargada, que reúne de 2 em 2 meses, onde participei em 5 reuniões de 6. -----

- integro a Comissão Restrita onde se trabalha directamente com os processos, contacta-se com as famílias, com as crianças e jovens, com a Rede Social, organiza-se todo o processo e reúne-se de 15 em 15 dias, para analisar e decidir sobre os processos de promoção e protecção das crianças e jovens, onde participei em 20 reuniões de 24 e trabalhei cerca de 35 processos. -



- participei com o Presidente da CPCJ num encontro com a Comissão Nacional, em Coimbra.-
- reuni com professores, centros sociais, técnicas da Câmara e IPSS's fora da CPCJ. -----
- participei na equipa de elaboração do projecto piloto "Dinamização da Comissão Alargada", onde conto 6 reuniões preparatórias, uma de apresentação do projecto no ISVOUGA, uma de avaliação em Amarante e uma apresentação de um dos eixos do projecto " Projecto Sinais", no Museu Municipal. -----
- responsável pela página da Internet da CPCJ, num servidor gratuito Webnode. -----

Para concluir, gostaria de terminar a minha intervenção, pedindo que os assuntos relacionados com crianças e jovens fossem tidos em maior conta, pois são crianças de direitos, de direitos adquiridos, por isso, todos temos obrigação de proteger e cuidar, prevenindo todos os riscos e perigos, devendo fazê-lo de modo responsável, dedicado e com a máxima disponibilidade. ---
Já agora, aproveito o momento para reivindicar melhores condições físicas para a CPCJ, nomeadamente as instalações, para que a privacidade e segurança estivessem mais garantidas. Por fim, relembro as palavras do Presidente da CPCJ de que todos devemos ser a rede que não deixa cair e não apenas a rede que cerca, pois se prevenirmos em tenra idade, não puniremos os adultos do futuro e diminuiremos os problemas sociais.-----
Tudo isto para mostrar o empenho e a importância que os elementos da Assembleia Municipal devem assumir nos diversos organismos para os quais são nomeados."-----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por agradecer a apresentação feita pelo Sr. Horácio Sá, bem como o relatório efectuado pela deputada municipal Alexandra Sousa, realçando ter sido a primeira vez, que se recorde, que viu um membro da Assembleia a prestar contas à Assembleia, após ter sido eleito pela mesma, para uma determinada função. -----

Referiu que queria um esclarecimento relativamente ao número de técnicos que a CPCJ tem a trabalhar. Disse que a falta de pessoal é um problema antigo dessas Comissões, fazendo sobressair a grande dificuldade que as mesmas têm para contratar pessoal, realçando, contudo, que há uns anos foi anunciada a contratação de 150 técnicos, a nível nacional, que foram contratados por uma empresa de trabalho temporário. -----

Disse que, pelo relatório anterior da CPCJ de Santa Maria da Feira, bem como o agora presente, referente ao ano de 2010, constata haver indicadores sociais bastante preocupantes,



nomeadamente em questões de toxicodependência e prostituição, dizendo que gostava de saber qual o número de técnicos, qual o tipo de vínculo que esses técnicos têm, e há quanto tempo é que estão a trabalhar na CPCJ de Santa Maria da Feira, fazendo o acompanhamento dos processos.-----

Foi, novamente, concedida a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, **Horácio Sá**, que começou por dizer, respondendo à questão colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes, que a CPCJ tinha dois técnicos contratados por uma empresa de trabalho temporário, informando que esses não eram efectivos e que, no término do contrato, em 31 de Dezembro de 2010, deixaram de trabalhar para a Comissão. Informou que, efectivamente, houve um concurso nacional para técnicos do Instituto da Segurança Social, ressaltando que a CPCJ de Santa Maria da Feira foi contemplada com um técnico. Fez sobressair que esse técnico é efectivo do Instituto de Segurança Social.-----

Salientou que, logicamente, faz diferença a CPCJ ter menos um técnico, realçando, contudo, que como disse na sua intervenção inicial, existem no Concelho centenas de técnicos a trabalhar em conjunto com a CPCJ, das diversas instituições concelhias, caso contrário seria muito difícil à CPCJ dar resposta às necessidades. -----

Disse ter sido um crítico do nascimento a esmo dessas instituições, mas que o tempo veio a não lhe dar razão, reconhecendo que, no presente momento, todas as instituições são poucas para acudir a tanta necessidade. -----

Concluiu convidando todos os membros da Assembleia a visitarem a CPCJ, dizendo que ficaria muito contente de os receber e de tomar um café com eles, e que poderiam aproveitar essa ocasião para fazerem perguntas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira do ano 2010 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica devidamente arquivado juntamente com os restantes documentos respeitantes a esta sessão.-----

Reentrou a Presidente da Comissão Administrativa de Canedo – Fátima Silva Sá.-----



**16 – XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses-----
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente
de Junta de Freguesia)-----**

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício apresentou o assunto em epígrafe, informando que, nos termos do ofício n.º 301/2011 de 08/04/2011, remetido à Mesa pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, decorrerá no dia 9 de Julho próximo, em Coimbra, o XIX Congresso da ANMP. Deu nota que, nos termos dos Estatutos da ANMP e do Regulamento do Congresso, pode inscrever-se como Delegado um Presidente de Junta de Freguesia ou um seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia), ambos eleitos pela Assembleia Municipal, que, em representação de todas as Junta de Freguesia deste Concelho de Santa Maria da Feira, participará no Congresso. -----

Foram presentes à Mesa duas listas, que ficaram assim estabelecidas: -----

– Lista A (PSD): Efectivo – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão (Firmino Gomes da Costa), -----

Suplente – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (José Fernando Moreira).-----

– Lista B (PS): Efectivo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (Augusto de Pinho Santos),-----

Suplente – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (Henrique Pereira Ferreira).-----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte resultado: -----

- Lista A: 27 votos,-----

- Lista B: 13 votos,-----

- Votos em branco: 4.-----

Por conseguinte, foi eleito pela Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão (Firmino Costa) para representar todas as Juntas de Freguesia do Concelho no XIX Congresso da ANMP, tendo sido eleito como seu substituto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (Fernando Moreira). -----



PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, informou existirem dois cidadãos inscritos para intervirem neste período, salientando que a ordem de intervenção é de acordo com a ordem de inscrição. Informou que a primeira cidadã inscrita é a D.^a Maria Emília Silva Cruz, residente na freguesia de Mozelos, para falar a respeito de um pedido de atribuição de habitação social e que, em segundo lugar, estava inscrito o Sr. António Henriques Oliveira Santos, igualmente residente na freguesia de Mozelos, para falar relativamente à cobrança da taxa de resíduos sólidos.-----

Feita a chamada, constatou-se que nenhum dos cidadãos inscritos se encontrava presente, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia em exercício deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,50 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,